

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Instituto Multidisciplinar

Título:

Mulheres e Homens na política de recenseamento portuguesa do século XVIII: Um estudo de caso sobre o distrito de Icolo e Jurisdições

Thamires Cristina Silva do Nascimento

Monografia do Curso de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto Multidisciplinar, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira

Nova Iguaçu

2014

Mulheres e Homens na política de recenseamento portuguesa do século XVIII: Um estudo de caso sobre o distrito de Icolo e Jurisdições

Thamires Cristina Silva do Nascimento

Orientador Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira

Monografia do Curso de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em História.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira

Prof. Dr. Mônica da Silva Ribeiro

Prof. Ariane Carvalho da Cruz

Nova Iguaçu

2014

*À Cristina Nascimento e Cláudia Nascimento
pela dedicação, apoio, carinho e inspiração.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Deus, todo poderoso, por ter me dado o fôlego de vida, por ter cuidado de mim em cada momento de aflição, por ter me dado respostas quando eu mais precisava, por ser meu rochedo, meu sustento, sem o meu Deus eu nada seria.

Agradeço principalmente a minha mãe Cristina Nascimento por todo amor, educação e incentivo não só na minha vida acadêmica, mas em todas as áreas, ela é o meu porto seguro e fez de mim uma mulher melhor do que eu poderia imaginar, estando sempre ao meu lado e me cobrindo com amor, oração e conselhos. Agradeço a minha irmã Cláudia Nascimento por ser minha fonte de inspiração, por cada incentivo, cada palavra, agradeço a minha família: avó, sobrinha e cunhado que é são minha fonte de alegria.

Agradeço aos meus amigos, em especial a Jéssica, Sulamita, Elói, Olívia, Luana, Roseane, Carla e família, por toda dedicação a mim, por aguentarem minha euforia, minhas ausências, minhas irritações, por não me deixarem desistir e por encherem minha existência com alegria, paz, música, risos e muito amor, sou grata por ter amigos mais chegados que irmãos. Agradeço a Igreja Bete-Javeh pelo apoio quando mais precisei.

Agradeço a meus professores amados Renato Nogueira, Otair Fernandes, Márcia Denise Pletsch e Blair Bateman por me apoiarem em um projeto que de início para mim parecia loucura, por acreditarem em mim e me fazerem enxergar que o mundo é bem maior do que as pupilas dos meus olhos podem ver.

Agradeço ao meu amado orientador Roberto Guedes pelo seu apoio, suas broncas, seus “Thamires, não desiste!”, obrigada por fazer da minha caminhada mais divertida e me fazer uma profissional melhor, sem você com certeza eu não conseguiria.

Meu agradecimento em especial a CNPq por cada bolsa de iniciação científica que contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal. Por final um registro de agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por me proporcionar a experiência mais incrível da minha vida que foi o intercâmbio, agradeço a Brigham Young University por me receber com tanto carinho e fazer da minha estada nos Estados Unidos a mais feliz.

Sou grata por Deus me fazer quem eu sou e por está sendo forjado em mim um novo caráter, mais forte, mais sábio e melhor que antes.

NASCIMENTO, Silva do, Thamires Cristina.

Mulheres e Homens na política de recenseamento portuguesa do século XVIII: Um estudo de caso sobre o distrito de Icolo e Jurisdições/ Thamires Cristina Silva do Nascimento. Nova Iguaçu. UFRRJ-IM/ICHS, 2014.

VIII f.; 55 f.

Orientador: Roberto Guedes Ferreira

Monografia (Licenciatura) – UFRRJ/ Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Departamento de História, 2014.

Referências Bibliográficas: 53-55 f.

1. Portugal – Colônias – África. 2. Portugal – África – Administração 3. Portugal – África - Século XVIII. 4. África – Recenseamento - Mulheres. I. Ferreira, Roberto Guedes. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Ciências Humanas e Sociais, Curso de História. III. Licenciatura.

Mulheres e Homens na política de recenseamento portuguesa do século XVIII: Um estudo de caso sobre o distrito de Icolo e Jurisdições

Thamires Cristina Silva do Nascimento

Resumo da Monografia do Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em História.

Resumo

O trabalho analisa a representação das mulheres africanas nos recenseamentos feitos na África a partir da política de recenseamento instaurada em Portugal por Pombal durante o reinado de D. José I. O objetivo é perceber como elas são representadas nas fontes em comparação aos homens também representados na documentação, verificando se essas mulheres eram proprietárias, se chefiavam domicílios e ainda se possuíam bens e escravos.

Para que isso fosse possível, se entrou em uma discussão sobre os conceitos e aplicabilidade das noções de desigualdade que estava presente na mentalidade europeia e se haviam resquícios dessa mentalidade na construção dos registros censitários feitos a pedido da coroa portuguesa.

Palavras - chave: Mulheres, Recenseamento, Império português, África, Angola, Século XVIII.

Women and Men in Portuguese registration policy in the eighteenth century: A case study of district Icolo and Jurisdictions

Thamires Cristina Silva do Nascimento

Abstract da Monografia do Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em História.

Abstract

This paper analyzes the representation of African women in censuses made in Africa from the Census policy introduced in Portugal by Pombal during the reign of José I. The goal is to understand how they are represented in the sources compared to men also represented in the documentation, checking whether these women have owned, if these women was the "man of house" and if they have property and slaves.

To make this possible, we entered into a discussion of the applicability of the concepts and notions of inequality that was present in the European mentality and if it has traces of this mentality in the construction of census records made at the request of the Portuguese crown.

Keywords: *Women, Registration, Portuguese Empire, Africa, Angola, Eighteenth Century.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - Raízes da desigualdade e inferioridade, patriarcalismo e família	12
CAPÍTULO 2 - As práticas de governo português: de Pombal a D. Maria I, da reforma á tradição, século XVIII	26
1. A política de racionalização de Pombal em Portugal setecentista	26
2. O reconhecimento dos vassalos do rei: os recenseamentos na política racional portuguesa	34
CAPÍTULO 3 - O perfil de homens e mulheres no recenseamento do Distrito de Icolo ..	37
1. As vilas de Quilenge, Muquiama e Jeau e suas especificidade	37
2. O perfil dos homens de Icolo, posição, terras e posses	39
3. O perfil das mulheres de Icolo, posição, terras e posses	42
4. Homens e Mulheres do distrito de Icolo, em comparação	44
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

Em Portugal no período aqui recortado da segunda metade do século XVIII se constitui um período de intensas modificações na estrutura governativa tradicional monárquica, com a entrada de Sebastião José Carvalho e Melo (mais conhecido como marquês de Pombal) como ministro do rei José I que instaurou diversas políticas econômicas, culturais e de avanço não só no reino, mas também nos domínios conquistados, em que se constituíam suas colônias.¹

De acordo com Ângela Domingues “O advento da segunda metade do século XVIII coincidiu com a realização de um enorme esforço de renovação do conhecimento que envolveu indivíduos e instituições e que foi, em grande medida, promovido, financiado e suportado pelo Estado.”² Todo esse movimento sentido e também realizado por Portugal e seus agentes de governo e demais envolvidos nos diversos processos estavam diretamente ou indiretamente influenciado por ideias do Iluminismo que estava transformando a mentalidade europeia durante o mesmo período, era um efervescer da racionalidade, do desenvolver de técnicas e teorias, de se colocar em prática experiências que nunca tinham sido testadas.

O que observaremos neste trabalho faz parte exatamente de um conjunto de políticas inovadoras em muitos sentidos postas em prática por Portugal neste período para analisarmos essa política e como ela repercutiu sobre o nosso objeto de estudo em destaque no trabalho, que seriam os moradores do distrito de Icolo em Angola na África achamos por bem dividirmos o trabalho em três fases, ou melhor, capítulos que elucidam e explicam detalhadamente o objetivo central deste trabalho.

No primeiro capítulo começaremos por explicar a base da desigualdade a que nos referimos no início da introdução, o conceito de desigualdade entre os sexos é fundamental para o entendimento do posicionamento social de cada personagem nas sociedades tanto portuguesas como africanas em foco, nesse capítulo se busca as raízes da desigualdade entre os sexos para identificarmos o lugar social desses componentes, percebendo que os princípios

¹ Sobre as mudanças na forma de gestão do Reino e domínios ver:

RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa (1748-1763). Rio de Janeiro, Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina* (Política e Monarquia Ilustrada), Ensaio 83. São Paulo, Editora Ática, 2ª Ed. 1993.

MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal. *Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

² DOMINGUES, Ângela. *Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais dos Setecentos*. História, Ciências, Saúde . Manguinhos, vol. VIII (suplemento), p. 823-838, 2001. p. 824.

dessa sociedade foram forjados antes mesmo do século XVIII, tinham um pensamento fortemente alicerçado por teorias cristãs e judaicas que delimitavam sua mentalidade.³

Partindo desse princípio se demonstra como essas teorias atingiam a mentalidade dos europeus principalmente dos portugueses e como conceitos como o patriarcalismo fazem parte dessa mentalidade anteriormente constituída. Entendendo que a sociedade estratificada e hierarquizada do Antigo Regime estava em mudança constante e que os novos conceitos poderiam alterar suas bases, percebemos que mesmo com novos parâmetros os tradicionais ainda permaneciam, ou seja, eram mantidos no todo social, cada ator social deveria desempenhar seu papel histórico e social, homens de uma forma e mulheres de outra como afirma Hespanha.⁴

Compreendendo que essa sociedade por bases desiguais atingira no século XVIII um novo nível de racionalidade é que começaremos os segundo capítulo. Neste capítulo explicamos a situação em que Portugal se encaixava no contexto europeu, como suas mudanças nas mais diversas áreas se constituíam como marco de uma nova administração, de acordo com Ana Paula Wagner:

“na segunda metade dos setecentos, a atuação da Coroa incidia sobre diferentes áreas: Governo (responsável direto pela implementação e controle da política metropolitana para a Colônia, principalmente no seu ramo administrativo), Fazenda (encarregada da fiscalização e arrecadação tributária sobre as atividades econômicas, bem como da gerência dos negócios financeiros do Estado), Justiça (que tratava do cumprimento da lei e da aplicação das punições), Defesa (voltada à manutenção da ordem interna e da proteção contra a concorrência externa) e Igreja (que geria os assuntos eclesiásticos e zelava pelos aspectos morais da sociedade).”⁵

Para que todas as mudanças fossem feitas e ocorressem de maneira eficaz Pombal colocou em prática suas ações para racionalização do aparelho de governo, neste capítulo tratamos de um pouco dessas políticas e como outras ações tiveram que ser tomadas para que a centralidade fosse posta em prática no reino e em domínios de Portugal.

Fazia parte da política e era lógica também para a melhor racionalização e centralidade do Império a obtenção de informação, nessa época a informação era a chave para uma efetivação do domínio sobre os outros. Assim a administração portuguesa construía sua base de conhecimento sobre vários fatores e elementos referentes aos lugares conquistados.⁶

³ HESPANHA, Antônio Manoel. *Os Imbecillitas: As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Minas Gerais: Annablume, 2010.

⁴ HESPANHA, op.cit.

⁵ WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Curitiba Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. 2009. p. 38.

⁶ DOMINGUES, Ibidem.

Uma das políticas colocadas em prática durante o século XVIII foi a dos recenseamentos, nessa época várias determinações de levantamento do número de pessoas, de elementos e das riquezas que compunham as novas terras foram ordenadas para serem feitas pela coroa, esses recenseamentos envolvia uma gama de pessoas a serviço do reino nas novas terras e também moradores das localidades.

E com base nessa política de recenseamento que entramos no terceiro capítulo, neste capítulo faremos um estudo de caso proveniente de um recenseamento feito no distrito de Icolo, *hinterland* de Luanda na Angola – África, partindo dessa documentação se analisará o perfil dos moradores que compunham a localidade assim como as localidades que faziam parte da jurisdição desse distrito, também é foco desse trabalho observar as particularidades dos dados apresentados na documentação assim como a diferença entre os posicionamentos dos sexos na sociedade em destaque a partir da análise dos componentes da mesma, levando em consideração as restrições que encontramos nessa documentação.

CAPÍTULO 1

Raízes da desigualdade e inferioridade, patriarcalismo e família

A desigualdade esteve sempre presente na História do mundo, seja ela desigualdade de qualquer espécie, a cultura de classificar pessoas, animais, coisas de acordo com uma determinada concepção de superioridade tem raízes muito mais profundas do que se pode entender nos dias de hoje.

Para compreender um pouco da concepção de diferença que atingiu a Europa incluindo Portugal no século XVIII, o presente trabalho se debruça sobre as mais diversas concepções que vigoraram na antiguidade e que refletiram diretamente na mentalidade ocidental. Para entender o posicionamento da coroa portuguesa na África e como ela se comportava para com a ação das mulheres africanas é preciso analisar a mentalidade europeia.

A Europa medieval e moderna estava profundamente enraizada nas concepções cristãs, judaicas e da filosofia Greco-romana, como afirma Antonio Manuel Hespanha⁷, a forma de ver o mundo como naturalmente organizado era entendido pelos europeus. Já que a vida na Europa era pautada nos preceitos cristãos, nada melhor do que começar a análise desse pensamento por um livro que era estruturante na vida dos mesmos, a Bíblia.

A desigualdade é demonstrada na Bíblia nos mais diversos níveis, na narrativa da criação a estrutura de classificação está evidente, vejamos alguns trechos que demonstram classificações e hierarquizações:

1No princípio, Deus criou o céu e a terra.2Ora, a terra estava vazia e vaga, as trevas cobriam o abismo, e um vento de Deus pairava sobre as águas. 3Deus disse: "Haja luz" e houve luz. 4Deus viu que a luz era boa, e Deus separou a luz e as trevas. 5Deus chamou à luz "dia" e às trevas "noite". Houve uma tarde e uma manhã: primeiro dia. 6Deus disse: "Haja um firmamento no meio das águas e que ele separe as águas das águas", e assim se fez. 7Deus fez o firmamento, que separou as águas que estão sob o firmamento das águas que estão acima do firmamento, 8e Deus chamou ao firmamento "céu". Houve uma tarde e uma manhã: segundo dia. 9Deus disse: "Que as águas que estão sob o céu se reúnam numa só massa e que apareça o continente" e assim se fez. 10Deus chamou ao continente "terra" e à massa das águas "mares", e Deus viu que isso era bom.⁸

Como vimos, Deus é retratado, segundo Hespanha, no livro de Gênesis como grande criador que no primeiro dia criou e fez separações, percebendo a diferença dessas coisas Deus classifica e denomina assim Ele fez durante os sete dias:

⁷ HESPANHA, *Ibidem*.

⁸ BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revista e ampliada, 1ª edição de 1998, publicada sob a direção da "École biblique de Jérusalem". Edição em língua francesa, Les Éditions Du Cerf, Paris, 1998, ed. revista e ampliada, São Paulo, Paulus Editora, 2002. p. 1.

11Deus disse: "Que a terra verdeje de verdura: ervas que deem semente e árvores frutíferas que deem sobre a terra, segundo sua espécie, frutos contendo sua semente" e assim se fez. 12A terra produziu verdura: ervas que dão semente segundo sua espécie, árvores que dão, segundo sua espécie, frutos contendo sua semente, e Deus viu que isso era bom. 13Houve uma tarde e uma manhã: terceiro dia. 14Deus disse: "Que haja luzeiros no firmamento do céu para separar o dia e a noite; que eles sirvam de sinais, tanto para as festas quanto para os dias e os anos; 15que sejam luzeiros no firmamento do céu para iluminar a terra" e assim se fez. 16Deus fez os dois luzeiros maiores: o grande luzeiro para governar o dia e o pequeno luzeiro para governar a noite, e as estrelas. 17Deus os colocou no firmamento do céu para iluminar a terra, 18para governarem o dia e a noite, para separarem a luz e as trevas, e Deus viu que isso era bom. 19Houve uma tarde e uma manhã: quarto dia. 20Deus disse: "Fervilhem as águas um fervilhar de seres vivos e que as aves voem acima da terra, sob o firmamento do céu" e assim se fez. 21Deus criou as grandes serpentes do mar e todos os seres vivos que rastejam e que fervilham nas águas segundo sua espécie, e as aves aladas segundo sua espécie, e Deus viu que isso era bom. 22Deus os abençoou e disse: "Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a água dos mares, e que as aves se multipliquem sobre a terra." 23Houve uma tarde e uma manhã: quinto dia. 24Deus disse: "Que a terra produza seres vivos segundo sua espécie: animais domésticos, répteis e feras segundo sua espécie" e assim se fez. 25Deus fez as feras segundo sua espécie, os animais domésticos segundo sua espécie e todos os répteis do solo segundo sua espécie, e Deus viu que isso era bom. 26Deus disse: "Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra". 27Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, homem e mulher ele os criou. 28Deus os abençoou e lhes disse: "Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a; dominai sobre os peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que rastejam sobre a terra." 29Deus disse: "Eu vos dou todas as ervas que dão semente, que estão sobre toda a superfície da terra, e todas as árvores que dão frutos que dão semente: isso será vosso alimento. 30A todas as feras, a todas as aves do céu, a tudo o que rasteja sobre a terra e que é animado de vida, eu dou como alimento toda a verdura das plantas" e assim se fez. 31Deus viu tudo o que tinha feito: e era muito bom. Houve uma tarde e uma manhã: sexto dia.⁹

Vimos que no relato da criação até o sexto dia, Deus hierarquizava desde terras e mares, até os luminares e seres viventes, por último ele cria o homem para dominar sobre os outros seres e elementos, a hierarquização e separação são naturais da criação, ou seja, fazem parte do próprio ato da criação, ao criar, separar e hierarquizar, Deus está dando o exemplo para os cristãos de como a vida, sendo interpretada a essa maneira, na terra e em sociedade deve ser levada. Na criação do homem e da mulher Deus os diferencia em seu método de criação e esse ato também reflete sobre a forma em que se ver a mulher, a luz da interpretação bíblica.

7Então Iahweh Deus modelou o homem com a argila do solo, insuflou em suas narinas um hálito de vida e o homem se tornou um ser vivente. 8Iahweh Deus plantou um jardim em Éden, no oriente, e aí colocou o homem que modelara. [...]18Iahweh Deus disse: "Não é bom que o homem esteja só. Vou fazer uma auxiliar que lhe corresponda." [...] 20O homem deu nomes a todos os animais, às

⁹ Ibidem.

aves do céu e a todas as feras selvagens, mas, para o homem, não encontrou a auxiliar que lhe correspondesse. 21Então Iahweh Deus fez cair um torpor sobre o homem, e ele dormiu. Tomou uma de suas costelas e fez crescer carne em seu lugar. 22Depois, da costela que tirara do homem, Iahweh Deus modelou uma mulher e a trouxe ao homem. 23Então o homem exclamou: "Esta, sim, é osso de meus ossos e carne de minha carne! Ela será chamada 'mulher', porque foi tirada do homem!" 24Por isso um homem deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher, e eles se tornam uma só carne.¹⁰

Como afirma Hespanha¹¹ existia uma ordem central na imaginação política e jurídica moderna na sociedade cristã em que o relato da criação tinha papel estruturante, a narrativa da criação inspirou o pensamento social medieval e moderno e foi usada como fundamento das hierarquias sociais. Assim como Deus tinha classificado os elementos, animais, vegetação, terra e etc. De forma a serem diferentes e hierarquizados a sociedade deveria seguir a mesma estrutura, dessa forma se justificaria o predomínio da não igualdade. Segundo Hespanha: "Esta pré-compreensão da sociedade como um todo ordenada de partes autônomas e desiguais constitui a moldura explicativa do modo de ser das estruturas institucionais modernas, tanto metropolitanas como coloniais."¹²

Deus também havia criado o homem e a mulher, o homem como primeira criação e excelência, foi feito do pó e teve o fôlego de vida soprado pelo próprio Deus, a mulher vinda da costela do homem já teria ganhado na criação o seu lugar de submissão ao homem, o início de sua inferioridade seria então constatada na sua criação de acordo com as interpretações dadas a luz da época.¹³

Pelas posições relativas que as criaturas ocupam na ordem da criação, de que fazem parte [...] Insisti neste carácter universal da ordem e nesta ideia de que tudo pode ter direitos sobre tudo, de que tudo pode estar obrigado a tudo, parece uma peça importante da compreensão mais profunda da maneira medieval e moderna de ver e avaliar o mundo e de se comportar nele.¹⁴

O pensamento medieval e moderno também tinha como herança as concepções filosóficas Greco-romanas, nessa concepção se considerava o universo humano natural, ou seja, o Universo era naturalmente organizado, na criação tudo havia ficado delimitado, cada

¹⁰ Ibidem, p.2.

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem, p.52-53.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Idem. (São Paulo, Annablume), 2010. p.54

um tinha o seu espaço, o seu gene marcava o seu lugar no mundo, também marcava seu estado atual e futuro.¹⁵

Partindo do princípio de naturalidade defendido pela concepção judaica e Greco-romana se pode entender o posicionamento da sociedade, assim como a natureza a sociedade era retratada: um rei que era regido por Deus e era sua própria figura ou representação na terra, os nobres, os plebeus e os servos que equilibravam a ordem das coisas, como defende Hespanha havia uma ordem pré-estabelecida, onde as coisas deveriam parecer com o que realmente eram, todo artificialismo era condenado, a ordem natural deveria ser preservada.¹⁶

“A diversidade da criação modela a criatura”, ou seja, ao se criar um mundo desigual se cria uma sociedade desigual, mas a desigualdade nem sempre foi compreendida como ruim, ela era fundamental para a manutenção das funções nas sociedades de antigo regime, e ser diferente do outro, não era sinônimo de inferioridade ou indignidade, pelo contrário a desigualdade mantinha a ordem pré-estabelecida pela natureza, pelo próprio Deus e o equilíbrio da ordem, as pessoas viviam para manter a ordem.

Esta ideia de que todos os seres se integram, com igual dignidade, na ordem divina, apesar das hierarquias aí existentes, explica a especialíssima relação entre humildade e dignidade que domina o pensamento social e político da Europa medieval e moderna. O humilde deve ser mantido na posição subordinada e tutelada que lhe corresponde, designadamente na ordem e governo políticos. Mas a sua aparente insignificância esconde uma dignidade igual a do poderoso. E por isso, o duro tratamento discriminatório no plano social (na ordem da natureza, do direito) é acompanhado de uma profunda solicitude no plano espiritual (no plano da graça, da caridade, da misericórdia).¹⁷

A sociedade era vista como um corpo, que para estar em bom funcionamento cada um dos seus componentes e elementos deveriam cumprir com perfeição o seu papel. Se cada pessoa deveria cumprir seu papel na sociedade, uma questão se levanta: de acordo com essas concepções qual seria então o papel principal da mulher na sociedade? Que imagem tinham dela?

Hespanha fala da imagem que as mulheres tinham na Europa, sendo parte dessa imagem herdada das concepções aqui já citadas, as diferenças eram do sexo e se refletiam no social, na família e forma de governo. A ordem era seguida em todos os ambientes que compunham a sociedade medieval e moderna, segundo o autor a diferença de sexo era fortemente demarcada pelos juristas, ao englobar tudo que envolvia o conceito feminino, a

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Idem. (Minas Gerais, Annablume), 2010. p. 56-57

mulher no conceito masculino, mas o que envolvia o masculino não poderia ser englobado pelo conceito de feminino, já que era considerado mais fraco do que o masculino.

A regra mais geral que os juristas evocam, quanto a este uso do gênero das palavras, é a de que na locução corrente, o masculino inclui geralmente o feminino. O que está de acordo com um princípio de representação simbólica de âmbito muito geral segundo o qual a cabeça evoca, naturalmente todo o corpo. Já o feminino não compreende, senão excepcionalmente, o masculino, pela mesma ordem de razões de que não se designa o todo pela parte mais fraca. Já se vê que esta regra generalíssima é tudo menos inocente, do ponto de vista da hierarquização dos gêneros, remetendo – na época muito mãos do que hoje –, quer para uma concepção hierarquizada no mundo, quer para uma concepção realista de linguagem, em que o poder denotativo das palavras se enraizava nos poderes e hierarquias recíprocos das próprias coisas.¹⁸

E essa forma de diferenciação de sexo na forma de conceito e linguística ia muito além dessas áreas, o conceito se aplicava ao social a forma de escrita e representação linguística jurídica só refletia os conceitos já instaurados na sociedade. A mulher tinha uma imagem inferior marcada, de acordo com Hespanha as mulheres eram consideradas: menos dignas; frágeis e passivas, além de lascivas, astutas e más. Cada característica de inferioridade da mulher era seguida por uma justificativa que parecia ser bem aceita.

A mulher era considerada menos digna por sua condição natural feminina, as bases para esse argumento estavam em teses como as de Aristóteles:

Aristóteles, por exemplo, abunda no tema da inferioridade do gênero feminino. No seu Tratado da geração dos animais, o filósofo insiste longamente no tópico do papel deste princípio geral da natureza [...], Aristóteles ilustra-o com provas concretas tiradas da fisiologia da união sexual. Tanto as fêmeas eram inferiores, que nem sequer emitiam, no coito, qualquer sêmen [...]. Também o seu prazer era puramente derivado, coincidindo com a efusão na madre do sêmen masculino [...] Passivas e mais fracas: ‘As fêmeas são naturalmente mais fracas e mais frias do que os machos; pode-se crer que isto é uma espécie de inferioridade da natureza do sexo feminino’ (IV, 6,7).¹⁹

Bebendo em fontes como a acima citada estão conceitos como o de São Tomás de Aquino onde a mulher é vista como débil, deficiente: “Deve dizer-se que, pela natureza particular, a mulher é algo de deficiente e ocasional”²⁰ Para afirmar a inferioridade e indignidade feminina estão também as tradições judaicas já citadas, o próprio relato da criação da mulher, a queda no pecado por sua causa,²¹ somado a defendida lei da natureza onde o menor se submete ao maior, e as premissas expostas pelo *Decreto de Graciano*: “é da

¹⁸ Ibidem, p. 103-104.

¹⁹ Ibidem, p. 106.

²⁰ AQUINO, S. Tomás de. Summa theol, I, 92, 1 ad 1. apud HESPANHA, Antonio Manuel. Ibidem, p.107.

²¹ Para mais informações sobre a queda do Homem ao pecado consultar a discussão na obra aqui citada de Manuel Hespanha.

ordem natural em tudo, que as mulheres sirvam os homens e os filhos, os pais; pois não constitui nenhuma injustiça que o menor sirva o maior. (Decreto, 2.p., C.33, q.V, c.12)”²² as mulheres eram então menos dignas que os homens.

A fragilidade e passividade da mulher também eram características de inferioridade, as mulheres eram vistas como incapazes de serem responsáveis por suas próprias ações eram consideradas como crianças, ignorantes e inocentes até certo ponto, precisando então ao longo da vida esta sobre a tutela masculina. A mulher passivamente recebe do homem o necessário para manter sua vida em sociedade, praticamente inexistindo sem a tutela.

Antes do casamento, estão sob a pátria potesta do seu pai. Depois, estão como pupilas debaixo da curatela do marido. [...] Mas a fraqueza da mulher decorre ainda dessa impotência do feminino para se impor ao masculino, dessa passividade e plasticidade do gênero que o torna disponível e o faz receber todas as determinações alheias.²³

A figura feminina também era considerada Lasciva por sua vontade por vezes incontrolável ao sexo, como explicava Aristóteles²⁴, devido a forma de sua genitária, a mulher ansiava por ser penetrada, por existir uma repulsa, um “princípio natural do horror ao vácuo”, nesse caso uma característica levava a outra já que a lascívia e sua luxúria despertavam sua astúcia para o mal, eram dadas a feitiçaria e as práticas demoníacas. A própria maquiagem era tida como uma astúcia enganosa das mulheres, como defendia S. Agostinho “pintar-se com pigmentos, de modo a aparecer ou mais rosada ou mais branca, é uma falácia adúlterina. Pois sem dúvida os maridos próprios não se deixam enganar por ela.”²⁵

Na era medieval, assim como na atual, vigorava um código de comportamento que era seguido pela sociedade e pelas diversas áreas que formam o todo social, sendo assim esse código de comportamento atingia homens e mulheres, na era medieval o código de conduta seguia as premissas cristãs, enquanto na era moderna o avanço das tecnologias promovem um repensar e um marco novo de civilidade como afirma Norbert Elias²⁶, as sociedades em busca de sua identidade começam a elaborar seus conceitos de civilidade e identidade.

Mas até onde essa identidade é construída a partir de desses pensamentos? Essa construção não poderia ser imune as teorias já apresentadas aqui, pois o contexto em que estavam inseridos era completamente envolvido por elas, a dominação do homem sobre a mulher era um reflexo de todas as teorias aqui apresentadas, como as teorias de submissão e

²² S. AGOSTINHO. apud HESPANHA, Antonio Manuel. Ibidem.

²³ HESPANHA, op.cit, p. 112-113.

²⁴ ARISTÓTELES apud HESPANHA, Antonio Manuel. Ibidem.

²⁵ S. AGOSTINHO. apud HESPANHA, Antonio Manuel. Ibidem.

²⁶ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, vol. 1.

inferioridade vindos das obras judaicas e Greco-romanas, ou ainda religiosas como as de São Tomás de Aquino.

A dominação que partia dos homens para mulheres era justificada como uma dominação masculina, uma dominação simbólica construída ao longo do tempo e aceita pelas partes, a que exercia e a que sofria, é nesse contexto que se analisa a violência simbólica²⁷ exercida sobre as mulheres pelos homens. Em um contexto que pressupõem sua inferioridade a aceitação do mesmo seria uma forma de inclusão social, como afirma Roger Chartier:

A ênfase deve, assim, ser colocada sobre os dispositivos que asseguram a eficácia desta violência simbólica que, como escreveu Pierre Bourdieu, "só triunfa se aquele(a) que a sofre contribui para a sua eficácia; ela só o submete na medida em que ele (ela) é predisposto por um aprendizado anterior a reconhecê-la". Um objeto maior da história das mulheres é então o estudo dos discursos e das práticas, manifestos em registros múltiplos, que garantem (ou devem garantir) que as mulheres consintam nas representações dominantes da diferença entre os sexos: desta forma a divisão das atribuições e dos espaços, a inferioridade jurídica, a inculcação escolar dos papéis sociais, a exclusão da esfera pública, etc. Longe de afastar do "real" e de só indicar figuras do imaginário masculino, as representações da inferioridade feminina, incansavelmente repetidas e mostradas, se inscrevem nos pensamentos e nos corpos de umas e de outros.²⁸

A relação entre homens e mulheres tida como uma violência simbólica, abre espaço para entender como a relação tida primeiramente como uma relação biológica é projetada na vida cultural e social, a inferioridade do sexo passa a ser a inferioridade do gênero, as diferenças e desigualdades do corpo e alma feminino desencadearam uma diferenciação da identidade própria da mulher em seu meio social, suas fraquezas biológicas foram transportadas para o social, para o doméstico.

Claro que a aceitação da inferioridade ocorria nas sociedades medievais e modernas, mais do que uma premissa era um extinto de sobrevivência social, mas a dominação aceita não exclui um nível de flexibilidade das relações ou ainda manipulações, pelo contrário, a dominação abre um leque para formas de manipulações e concessões do sexo oposto as necessidades por assim dizer femininas, esta refletido no que vimos em Hespanha, a mulher era por vezes tida como astuta, por usar a seu favor a passividade e fragilidade a elas atribuídas.

Para as mulheres, se conformar aos cânones corporais (móveis e variados, inclusive) ditados pelo olhar e pelo desejo dos homens não é somente se curvar a uma submissão alienante, mas também construir um recurso permitindo deslocar ou subverter a relação de dominação. O "efeito de beleza" deve ser entendido como

²⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade)

²⁸ CHARTIER, Roger. *Diferença entre os sexos e a dominação simbólica (nota crítica)*. Caderno Pagu (4), 1995, p. 40.

uma tática que mobiliza para seus próprios fins, uma representação imposta – aceita mas que se volta contra a ordem que a produziu.²⁹

A questão do consentimento era como afirma Chartier³⁰ “o ponto central no sistema no funcionamento do sistema de poder”³¹, isso pode ser sentido no sistema patriarcal, a concessão era a cerne da manutenção das relações no Antigo Regime.

Hespanha alega que “esta pré-compreensão da sociedade como um todo ordenada de partes autônomas e desiguais constitui a moldura explicativa do modo de ser das estruturas institucionais modernas, tanto metropolitanas como coloniais.”³², ou seja, os pensamentos europeus fundamentados nas concepções de diferenciação entre homens e mulheres não vigoravam somente nas metrópoles europeias, mas ultrapassavam os mares e chegavam aos novos territórios por eles conquistados e colonizados.

Se essas concepções ultrapassam os mares e chegam aos novos domínios certamente que são resignificados no lugar em que são aplicados de acordo com o contexto em que estão inseridos, como já foi aqui colocado, as diferenças genéticas e de cunho religiosas dadas aos sexos com o tempo se tornam diferenças culturais e no contexto atual até de gênero.

As análises sobre mulher na historiografia são novas. No Brasil Gilberto Freyre³³ em seu livro “*Casa Grande & Senzala*” faz uma descrição do que seria o modelo de família predominante no Brasil, a família patriarcal, na qual existiria a figura de um patriarca, que detinha todo o poder sobre sua esposa, filhos, escravos, servos e agregados, ou seja, constituía o que a historiografia chama de família extensa, onde o domínio do chefe da casa não se limitava somente as portas da casa grande, mas ultrapassava as portas e era sentido na senzala, na vida social, econômica e política dos envolvidos.³⁴

Para Freyre, a família (semi)rural era a unidade maior de formação social brasileira, dela dependia não só a consolidação das bases sociais, mas também econômicas:

A nossa verdadeira formação social se processa de 1532 em diante, tendo a família rural ou semi-rural por unidade, quer através de gente casada vinda do reino, quer das famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas ou com moças órfãs ou mesmo à-toa, mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros.

²⁹ Ibidem, p.41.

³⁰ CHARTIER, op.cit.

³¹ Ibidem.

³² HESPANHA, op.cit. p. 52-53.

³³ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala* Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo, Global, 48° Ed., 2003.

³⁴ FREYRE, op.cit.

Vivo e absorvente órgão de formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas.³⁵

A família apresentada por Freyre em sua obra, seria o retrato da família descrita por Hespanha, a família da Europa medieval e moderna, claro, ressignificada e modificada de acordo com o contexto das novas terras. Essa teoria de família patriarcal e extensa, e do patriarcalismo em si defendida por Freyre tem sido alvo de duras críticas na historiografia atual, autores como Sheila de Castro Faria, Durval de Albuquerque e Adriana Dantas Reis, debatem amplamente sobre o conceito de família patriarcal.³⁶

Ao falar de paternalismo, em “*Repensando o conceito do paternalismo escravista nas Américas*”, Douglas Cole Libby³⁷ relembra que a relação de paternalismo chegava até as senzalas, ou seja, era estabelecida também entre senhores e escravos (um dos fundamentos da sociedade escravista), mas o conceito de propriedade privada também abarcava o escravo.

Assim, o escravo era propriedade do seu senhor, daí que parte a ideia de submissão sexual das escravas defendida por Freyre. Para Adriana Dantas Reis, assim como para outros autores:

o patriarcalismo é uma invenção e uma “metáfora” ou uma “ideia”, como afirma Sheila de Castro Faria (1998), ‘penso que não é uma invenção patrocinada apenas por Freyre’ (2006). Não me refiro, especialmente, ao conceito, mas o homem como valor, como centro das decisões e dos poderes também era uma invenção patrocinada pelos próprios personagens históricos que vivenciavam cotidianamente no Brasil colonial, a sexualidade, os afetos, a maternidade e a escravidão, através de experiências e regras estabelecidas e garantidas pelo jogo de poder entre os gêneros.³⁸

O jogo de poder entre os sexos abria possibilidades para ações de mulheres, para mobilidades e ascensão social. Segundo Reis as relações de poder não estavam pautadas no sexo, as diferenças biológicas e teóricas a respeito de homens e mulheres ainda não faziam parte do imaginário social colonial. Reis defende que:

o modelo que predominava no Brasil era amparado nas representações culturais trazidas pela Igreja Católica, que também incluíam a ideia do sexo único. A Igreja, mesmo estabelecendo alguma importância às mulheres, sobretudo no que diz

³⁵ Ibidem, p. 85.

³⁶ Sobre o repensar do conceito patriarcal ver: ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima. O caso de Luíza Jeje. Escravidão, família e mobilidade social – Bahia, c. 1780 – c.1830*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

CASTRO FARIA, Sheila de. *Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Niterói, (Tese apresentada para concurso para professor titular em História do Brasil). Universidade Federal Fluminense, 2004.

³⁷ LIBBY, Douglas Cole. “Repensando o conceito do paternalismo escravista nas Américas”. In: Paiva, Eduardo França & Ivo, Isna Pereira (orgs). *Escravidão, mestiçagem e história comparadas*. São Paulo: Annablume/Belo Horizonte PPGH/UFMG, 2008.

³⁸ ALVES, Op.cit. p.70.

respeito a maternidade e ao sacramento do matrimônio, ainda garantia a primazia masculina no controle das famílias e da sociedade, e não deixava de tratar dos desejos e de reconhecer sua importância, ensinando a controlá-los.³⁹

Contudo, não se há como excluir o conceito de patriarcalismo ou paternalismo, como a própria autora expõe; o paternalismo existiu de forma resignificada, ganhando um sentido mais cultural e simbólico.

A mulher desde o relato da criação do homem foi colocada em segundo plano, o que de início não se tornou um incômodo, mas a história de submissão feminina ao longo dos anos foi sofrendo mudanças, a diferença de sexo se torna cultural. Como demonstra Bourdieu⁴⁰, as ideias criadas e reafirmadas por muitos anos, a dominação de certo grupo sobre o outro, tudo é naturalizado a ponto de ser aceito e reafirmado pelo próprio agente que sofre a violência simbólica, nesse caso a mulher. Sendo naturalizado o conceito esta entranhado no pensamento social e, portanto, difícil de ser dissociado. O objetivo maior dessa pesquisa é elucidar e demonstrar o papel de homens e mulheres na história da África e a coexistência de poder de ambos, que poderia ser em níveis diferentes, mas que existiam.

Com essa visão de jogo de poder e interesse entre os sexos que se baseiam diversos trabalhos atuais, a ideia de que uma margem de flexibilidade estava presente nas sociedades coloniais regidas por Portugal, abre espaço para análises mais minuciosas sobre o mundo feminino e das representações de poder, alianças, relacionamentos, comércio, família e sociedade.

Diversas obras investigam casos mais minuciosos sobre as mulheres em seu cotidiano (prole, ocupação, relacionamentos e etc), os trabalhos atuais vêm destacando a ação de mulheres em diversas partes da África, mulheres que dinamizavam a vida nos domínios africanos. Um dos pioneiros a tratar sobre o tema mulher na historiografia sobre África foi Philip Havik.⁴¹

Havik apresenta um problema que é sentido atualmente por todos os estudiosos em África, a grande restrição de informações sobre determinadas regiões da colônia, principalmente regiões como a de Guiné que ele analisa que não mantinha um contato direto com a metrópole portuguesa, o que restringia ainda mais a geração de dados, também há outro problema intimamente ligado ao anterior, a maioria das pessoas que eram mandadas

³⁹ Ibidem, p. 37.

⁴⁰ BOURDIEU, Ibidem.

⁴¹ HAVIK, Philip. *Comerciantes e Concubinas: sócios estratégicos no comércio Atlântico na Costa da Guiné*. In actas do II RIHA (Segunda Reunião Internacional de História de África: A Dimensão Atlântica da África.). Rio de Janeiro, 1996.

para as regiões africanas não sabiam ler nem escrever. Segundo Havik, isso atingia tanto europeus quanto africanos.

Outra problemática encontrada por Havik é sobre a produção dessas fontes que temos disponibilizado atualmente, a maioria são fontes secundárias partidas de escritores que nunca estiveram na África e que escreviam seus livros por meio de relatos de viajantes ou de testemunhas, não sabiam da realidade africana, não estavam envolvidos em seu contexto ou vida secular, não tinham a noção de como se davam as relações entre as pessoas muito menos atentar as relações entre homens e mulheres, ou, ainda, estudar a vida das mulheres que na época sofriam o que Havik chama de “tendência a invisibilidade”, uma ofuscação das relações entre ambos. A preocupação dos que estavam ou escreviam sobre África era outra, tinham um foco comercial, não de sociabilidade.

Entretanto, ao tratarem da vida comercial muitos desses escritores se esqueceram de que as mulheres tiveram grande importância neste emaranhado comercial, assim como demonstram Havik e Selma Pantoja.⁴²

A importância comercial é defendida por autores como Paul Lovejoy⁴³ e Havik. As mulheres escravas eram utilizadas na produção de produtos e para procriar, dando lucro a seus senhores:

a contribuição das escravas era dupla, isto é, tanto produtiva como reprodutiva [...] O sucesso dos seus negócios em termos de mão de obra dependiam essencialmente das escravas-mães, já que era mais rentável para estes procriar do que comprar.⁴⁴

Ao analisar o papel das mulheres na sociedade da Guiné, Havik demonstra quão importante elas poderiam ser, existiam mediadores das relações comerciais entre africanos e estrangeiros, eram os camaradas, chefes locais entre outros que por muitas vezes eram mulheres.

Nessa relação era estabelecido um princípio de reciprocidade onde uma das partes buscava produtos importados e ofertava em troca a proteção a esses comerciantes, foi no estabelecimento de muitos desses negócios que matrimônios entre africanas e comerciantes (não só restrito a eles) aconteciam, se buscava um parceiro de negócios, um sócio confiável e para isso nada melhor do que traçar e formar laços de parentesco. Em função do “objetivo de

⁴² PANTOJA, Selma Alves. *Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII*. Revista História Unisinos, vol. 14, n° 3, setembro/dezembro de 2010. p. 237-242.

⁴³ LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁴⁴ HAVIK, ibidem, p.165.

assegurar o proveito mútuo de aliança e a duração destas, relações de convivência e coabitação eram um facto consumado nos entrepostos.”⁴⁵

Mas não era só a prática do casamento que garantia a segurança dos negócios. Uma prática muito comum no continente africano ajudava os europeus no estabelecimento de seus negócios, era o concubinato que marcava as relações entre homens e mulheres. Mulheres de prestígio poderiam alavancar a carreira de muitos imigrantes e migrantes que chegavam a África.

O relacionamento entre sexos na fronteira entre África e o Atlântico ficou marcado pela concubinação, prostituição e violência. A ‘humildade, paciência e obediência aos maridos’ exigidas das mulheres europeias pelo clero católico no século XVII (BOXER, 1997:141) parece não se aplicar as mulheres africanas livres, que geralmente dispuseram de uma mobilidade e autonomia bastante maior em comparação com as suas congêneres brancas.⁴⁶

Diferente das mulheres brancas ocidentais, as mulheres africanas gozavam de maior autonomia, o que poderia ser fruto do próprio fato de ter que cuidar dos negócios de seus companheiros enquanto esses estavam fora, pois elas se tornavam verdadeiros chefes de família. “Viúvas de vivos”, na expressão de Havik, elas formavam um novo contorno social e econômico na região em que isso acontecia, pressupomos que esse fator não ocorria apenas na Guiné analisada pelo autor.

Outro exemplo da historiografia sobre o tema que demonstra a presença ativa das mulheres nos mais diversos processos históricos está contido em uma das obras de Selma Pantoja,⁴⁷ a autora constatou em seus estudos sobre as quitadeiras africanas a importância da mulher no meio comercial, ao analisar a atuação das mulheres quitadeiras em Angola. Pantoja verificou um papel primordial na manutenção do tráfico. As quitadeiras, vendedoras ambulantes, fixas ou donas de quitandas eram responsáveis pelo abastecimento dos navios que transportavam os escravos, os famosos negreiros, com produtos de primeira instância como farinha, feijão, peixe e outras variedades de alimentos, com isso se estabeleciam como sustentáculo do tráfico de escravo já que sabemos que para a travessia no Atlântico era fundamental o abastecimento dos navios em terra firme.⁴⁸

Devido a grande importância que o setor alimentício desempenhava no comércio transatlântico e como afirma Pantoja, sendo Luanda no século XVIII o maior porto de

⁴⁵ HAVIK, Ibidem, p.70.

⁴⁶ Ibidem, p. 172.

⁴⁷ PANTOJA, Selma. Dimensão Atlântica das Quitadeiras. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos Oceânicos*: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

⁴⁸ Ibidem.

exportação de escravos do litoral ocidental africano o interesse pelo controle do ramo alimentício começou a ser despertado por parte dos grandes especuladores, para controlar e monopolizar a venda de produtos de necessidade básica, visando controlar melhor essa distribuição e venda de alimentos, o governador pombalino Souza Coutinho manda construir os Terreiros Públicos por onde a produção deveria passar para ser revendida, esse maior controle por parte do governo limitou a ação das quitadeiras já que elas teriam que ser licenciadas para poder revender seus produtos nas ruas de Luanda.⁴⁹

Com as migrações transatlânticas, as quitadeiras não eram mais vistas somente nas ruas de Luanda, pois no Brasil a atividade também ganhou espaço. Assim, a atuação mercantil e cultural das mulheres africanas recriou do ambiente africano em terras brasileiras, Com efeito, a recriação do estilo de vida significa que as mulheres africanas se adaptaram às novas terras.⁵⁰

Em meio a um mundo recriado e europeizado seja no Brasil ou na África a presença de identidades novas e que se cruzavam era evidente, coexistiam em Angola, quitadeiras, comerciantes, degredados (as) que assumiam cargos e profissões como jornaleiras, tecedeiras, criadas e etc. Ou seja, nas ruas de Luanda a presença feminina era constante, mas se essa presença feminina era constante⁵¹ por que não evidencia-la através dos estudos históricos? Seria uma especificidade de Luanda? Não.

José Capela⁵² demonstra ao falar das donas dos prazos de Zambézia que as mulheres poderiam ter um papel de destaque muitas delas eram mulheres de homens com altos cargos como capitães e governadores, mulheres mestiças locais que se casavam e partilhavam dos negócios do marido, e muitas vezes geriam esses negócios na ausência desses maridos.

Como afirma Pantoja⁵³ as mulheres, a primeira vista, não aparecem na historiografia. Entretanto, estudos como os levantados aqui demonstram a ação de mulheres e certos grupos dessas mulheres que tiveram um papel crucial nos processos históricos, mulheres que marcavam o cotidiano africano e que se aproveitavam de certa forma dos homens para garantir sua sobrevivência.

Entender a relação entre os sexos é fundamental para elucidar o papel de cada um deles no todo social, e essa análise se tornou possível através da aplicação do conceito de

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Ibidem.

⁵² CAPELA, José. *Donas, senhoras e escravos*. Porto, Edições Afrontamento, 1995.

⁵³ PANTOJA, op.cit.

patriarcalismo aqui demonstrada. Como Havik afirma o maior problema que se encontra para estudar a história e trajetória das mulheres pelo mundo e principalmente em África é porque a história e a própria historiografia são feitas por homens e para homens.⁵⁴

No capítulo que se segue poderemos entender como estava constituído o pensamento europeu, principalmente o português quanto as mudanças que aconteciam durante o século XVIII, tendo por objetivo principal elucidar como as políticas de racionalização do governo de Pombal refletiram sobre a África em especial sobre o distrito de Icolo.

⁵⁴ HAVIK, *Ibidem*.

CAPÍTULO 2

As práticas de governo português: de Pombal a D. Maria I, da reforma á tradição, século XVIII

Vimos no capítulo anterior as bases do pensamento sobre as diferenças entre os sexos na sociedade europeia, vimos as origens e influência desse pensamento e como ele se refletiu na vida social e em família através do patriarcalismo. Nesse capítulo nos propomos a analisar como as novas políticas e reformas que estavam começando a ocorrer e que se firmaram no decorrer do século XVIII repercutiram na composição social de moradores da África, sendo eles homens ou mulheres.

1. A política de racionalização de Pombal em Portugal setecentista

Entretanto, para compreendermos o contexto em que estava inserida essa parcela da população que compunha parte dos domínios portugueses é preciso analisar a situação de transformação que passava o próprio império português na Europa do século XVIII.

Como afirma Mônica Ribeiro⁵⁵, o Estado português passava por uma transformação nas suas estruturas não só governativas como na sua estrutura econômica, administrativa, fiscal e cultural. Era época de se pensar novas formas de gestão do próprio reino português assim como dos domínios ultramarinos, o repensar da forma de governo se deu de forma gradual já no século XVII, quando Portugal subjulgado a Espanha passou por crise em seus setores econômico, administrativo e militar. Mudar sua estrutura era preciso para possibilitar um eventual controle sobre seu próprio país e suas conquistas. Percebe-se então que as mudanças que ocorriam em Portugal deram-se de forma processual e que não foram exclusivas do governo de D. José I, mas que vinham ocorrendo desde o governo de D. João V, desde a Restauração como afirma Ribeiro.

Em meados do século XVIII, precisamente por volta de 1750, uma nova forma de ação política e governativa pode ser percebida em Portugal, esse período se torna um momento chave na história do país, pois marca a efetivação de políticas e medidas para uma maior centralização do Estado e de poder através de uma racionalização dos métodos de governança

⁵⁵ RIBEIRO, *Ibdem*.

do Império.⁵⁶ A mudança de reinado e a administração de Sebastião José de Carvalho e Melo (que seria conhecido como marquês de Pombal), que daria início a uma época que a nos ficou conhecido como “pombalismo”, são fatores essenciais para entender a mentalidade política portuguesa quanto ao reino e quanto aos seus domínios ultramarinos, incluindo Brasil, África e Índia, que formavam o Império português .

Ao tratar do império português Mônica Ribeiro demonstra em sua tese como a “razão de estado”⁵⁷ permeava a noção de centralidade do governo português, essa “razão de estado” seria o que alguns autores consideram como a preservação do Estado em detrimento da preservação do indivíduo, ou seja, os valores do Estado estariam então acima dos valores dos indivíduos:

A concepção de ‘razão de Estado’ proposta por Maquiavel, transmitia, segundo Quentin Skinner, a idéia de que bons fins podiam ser usados como forma de se justificar maus meios. Guicciardini, um dos primeiros pensadores políticos a utilizar a fórmula “razão de Estado”, também compartilhava dessa perspectiva de análise.⁵⁸

Segundo Ribeiro o pensamento e a prática da “razão de Estado” que visava um Estado forte e centralizado vinha se construindo desde o final do século XVII, entretanto, naquela época as condições para se colocarem um governo centralizado em prática eram quase que nulas já que ainda existia uma forte aristocracia privilegiando-se das práticas monárquicas, ainda se encontrava beneficiamento dos indivíduos em detrimento da conservação do Estado, do todo maior, ou seja, ainda existiam regalias à famílias, à pessoas que impediam o funcionamento da política de “razão de Estado”.

Quanto as nobrezas, Francisco José Calazans Falcon⁵⁹ descreve a mudança que a nobreza havia de passar para se adaptar a essa nova forma de governo pautado na preservação do Estado e não mais do indivíduo:

O que se queria era sua mobilização social e a sua maior submissão política fazendo sentir que chegara ao fim o seu monopólio de cargos mais importantes e rendosos e, em compensação, aboliar as barreiras da tradição e do preconceito que a separam da mercancia e da mecânica. Era um movimento recíproco: ampliar a abertura da nobreza às outras classes, mas também as profissões e atividades plebéias, não nobres aos integrantes da nobreza, sem qualquer sombra de desonra ou demérito.⁶⁰

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Ibidem, p.23.

⁵⁹ FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina (Política e Monarquia Ilustrada)*, Ensaio 83. São Paulo, Editora Ática, 2ª Ed. 1993

⁶⁰ Ibidem. p. 405.

Era preciso ampliar as fronteiras de relacionamento entre as diversas classes para que se fosse possível a utilização mais efetiva de cada uma delas para o crescimento do império, e fortalecimento do próprio Estado português. Quanto ao agrupamento de novos grupos a política de governo Falcon ressalta que,

A burguesia mercantil foi favorecida pela proteção dispensada aos seus membros e aos seus interesses pela política mercantilista do governo ilustrado. A crença no poder dos instrumentos legais como agentes de mudança social fez com que se atribuísse então uma grande atenção à proteção legal dispensada àquelas organizações, tais como a Junta do Comércio e as companhias mercantis, que se compunham de representantes dos interesses do grupo mercantil mais endinheirado, estreitamente associados ao aparelho de Estado. O caráter monopolístico dessa política exigia, em contrapartida, uma perseguição incessante aos que tentavam burlá-la, fossem eles nacionais ou estrangeiros. [...] A maior preocupação, em termos sociais, foi promover não apenas econômica ou financeiramente mas também socialmente o grupo mercantil mais rico.⁶¹

Com o tempo as transformações mentais vão acontecendo, não se pode esquecer do efervescer de ideias que ocorriam na época graças ao iluminismo europeu, a valorização da razão em detrimento da espiritualidade favorecia o surgimento de um novo quadro em Portugal, a valorização cultural do intelecto favorecia a mudança de mentalidade das partes envolvidas. Como prova e marco principal dessa mudança de mentalidade portuguesa Ribeiro aponta para a criação da Academia Real, citando Isabel Mota a autora expõe a importância dessa instituição para a história portuguesa:

Para Isabel Mota, a Academia Real contribuiu para a configuração dos modos de implantação de um poder central, que não seria somente de natureza simbólica. Assim, colaborava-se para criar uma nova perspectiva a partir de então, trazendo modificações governativas para o Império português. A instituição teria cooperado, segundo a autora, para a formação de um centro político, através da legitimação carismática da autoridade real e da forte ligação entre os súditos e o rei.⁶²

A instituição teria sido fundamental para o estabelecimento da mentalidade e da prática da “razão de Estado”, o ideário teria surgido nessa instituição e se difundido como prática de governo:

A ‘razão de Estado’ como prática no Império português surgiu a partir de um conjunto de idéias e formas de pensamento inaugurados com a criação da Academia Real de História em 1720, que possibilitaram, a partir do renascimento cultural e científico, um desenvolvimento dos estudos históricos, cartográficos e geográficos, e uma preocupação com uma maior centralidade da Corte, características essas que foram sendo absorvidas e, ao mesmo tempo, disseminadas pelos intelectuais e administradores régios da época, desencadeando, assim, uma real mudança no

⁶¹ *Ibidem*, p. 409.

⁶² RIBEIRO, *Ibidem*, p.33.

ideário e na prática político-administrativa do Império português que, partindo do Reino, foi sendo difundida em seus domínios ultramarinos.⁶³

A autora deixa claro que o conceito de “razão de Estado” não pode ser engessado que é um conceito amplo e ainda não totalmente construído, mas que devido a algumas características desse governo pode se perceber a sua existência, já que o conceito é pautado na centralidade do governo, racionalidade política, desenvolvimento econômico e cultural.

Pautado no que aparenta ser um programa de governo como alguns autores denominam as práticas de Pombal, ou ainda sobre um projeto de governo, o marquês coloca em prática no reino assim como no ultramar a sua racionalização administrativa, o que se pode perceber é que por certo a administração de Pombal seguiu uma forma sistemática, assim como defende João Manoel Pereira⁶⁴:

Para o estudioso, o plano de reformas pombalinas era completamente sistemático, e promoveu o desenvolvimento das indústrias coloniais, criou juntas legislativas em algumas regiões do ultramar, organizou a justiça nesses locais, modificou o que ele chama de “regime político e comercial” no Estado do Brasil, e levou à descentralização do poder, até onde era possível.⁶⁵

Ainda,

Luís Reis Torgal afirma que o que havia de novo na ação de Pombal era o ritmo das reformas e a maneira coerente com que as mesmas se apresentavam. Percebe, assim, que esse conjunto de ações visavam controlar os aparelhos existentes, ou criar outros, tanto a nível administrativo, como ideológico e cultural. Para o autor, devemos nos ater, ao tratar do pombalismo, no modo como as reformas foram levadas a cabo, o dinamismo e a extensão que atingiram.⁶⁶

Essa prática sistemática aqui defendida está pautada nas práticas de governo do mesmo, e na própria essência da racionalização da administração, ao secularizar o Estado e tirar das mãos dos jesuítas as diversas formas de ensino, afastando assim o clero do poder real, ao implantar uma política de demarcação territorial das conquistas, ao reforçar esse aparelho estatal não só no Império como nas colônias e ao tomar medidas econômicas expansionistas e ao mesmo tempo protecionistas, Pombal atribuía ao seu governo uma característica reformista.

⁶³ *Ibidem*, p.39.

⁶⁴ PEREIRA, 1905 apud RIBEIRO, 2010. p. 54.

⁶⁵ RIBEIRO, op. cit. p. 54-55.

⁶⁶ RIBEIRO, loc. cit

Essas reformas faziam surgir no cenário português um novo perfil de nobreza, ao se referir a nova nobreza Maxwell afirma,

O professor Oliveira Marques sugeriu dividir a nobreza de Portugal em 2 grupos no século XVIII. De um lado estava um setor que era, na visão de seus membros, o defensor do sangue, da linhagem dos antigos métodos de governo, e estava ligado aos proprietários de terras e á agricultura. Do outro lado estava um grupo de mentalidade mais aberta, que aceitava a elevação à nobreza de homens de letras, e até de homens de negócios e burocratas, que contavam com o comércio e o lucro e viam a Inglaterra e a Holanda, e não a Espanha e França, como modelos. O reinado de Dom João V havia testemunhado o começo de uma reafirmação do Estado e, por isso mesmo, do poder burocrático as custas da antiga nobreza. Esse processo de mudanças em favor da nova nobreza foi grandemente acelerado por Pombal, a renovação da aristocracia durante o seu período de preeminência foi muito extensa. Durante os 27 anos de governo de Pombal, 23 novos títulos foram concedidos e 23 foram extintos. Desse modo, cerca de um terço da nobreza se compunha de sangue novo por volta de 1777.⁶⁷

A nobreza se dividia, entretanto, parte dela se mantinha sobre bases sólidas consolidadas durante décadas, como afirma Falcon⁶⁸ a aristocracia portuguesa mais do que nenhuma outra na Europa tinha suas bases de poder e mentalidade na Igreja, no cristianismo:

O fato essencial é que a supremacia aristocrática, expressa no papel dominante da sua mentalidade, valores e visão do mundo, tem sua mediação e sua perpetuação asseguradas pelo setor eclesiástico. No século XVIII, ao menos na Europa Ocidental, não havia provavelmente nenhum outro país para o qual essa afirmação fosse mais exata do que para Portugal.

A Igreja, por força de todo um processo ao qual já fizemos referência, tinha em suas mãos: a escola, e, por conseguinte, a Educação formal em seus sucessivos níveis, das primeiras letras à Universidades; a família, orientando-lhes os membros, presidindo aos atos essenciais da vida individual e coletiva; a informação, como a chamaríamos hoje, isto é, a impressão e circulação de material bibliográfico e, direta ou indiretamente, as manifestações mais gerais da cultura: teatro, artes em geral, filosofia, letras. Com raras exceções, portanto, o faro básico é que praticamente nada estava fora de sua alçada, tudo era passível de interpretar-se à luz dos superiores desígnios da religião, em virtude do que toda a produção cultural era vista a partir de fins transcendentais que determinavam a sua permissão ou proibição. Vivia-se, respirava-se um universo marcado ainda pela presença eclesiástica.⁶⁹

Ao secularizar as instituições Pombal modificava as bases da própria sociedade (não sem reservas), ou seja, a Igreja não tinha mais o papel principal descrito por Falcon de ajustar, delimitar e orientar a família, não detinha mais para si o conhecimento, informação e geração dos mesmos pela escola ou universidades, não detinha mais o monopólio das informações, claro que esse fato não aconteceu de uma hora para outra, também se constituiu um processo

⁶⁷ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.79.

⁶⁸ FALCON, *Ibidem*.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 422-423.

em que o ponto chave para Pombal era a “eliminação” dos Jesuítas que dominavam esse cenário, assim se via as investidas de Pombal contra esse grupo religioso que mantinha a tempos seu monopólio sobre essas áreas.

O caráter do governo de Pombal para muitos como Kenneth Maxwell se coloca como um paradoxo, para Maxwell, Pombal queria ao mesmo tempo renovar e manter as bases tradicionais administrativas queria civilizar os novos domínios ao mesmo tempo em que usava da escravidão como mão de obra principal, queria as luzes aos intelectuais ao mesmo tempo em que queria manter o que o autor entende por despotismo.

Por certo, que Pombal era um homem de sua época e como tal tinha preocupações inerentes a esta, como explica Maxwell no século XVIII havia uma grande preocupação entre os homens de letra sobre o posicionamento econômico e diplomático de Portugal frente aos outros países europeus, e como eles poderiam usufruir e se aproveitar dos seus domínios do ultramar para galgar posições maiores no cenário internacional daquela época. Estava em jogo avançar a sua economia sem atingir diretamente a Grã-Bretanha, mas tirar seu monopólio econômico e ao mesmo tempo se proteger da Espanha. Esses pensadores acreditavam que um governo forte poderia ser a solução que Portugal precisava para avançar:

A reduzida estatura europeia das ações ibéricas no século XVIII, juntamente com a continuidade do papel de suseranos de vastos territórios ultramarinos, gerou entre os estadistas, tanto portugueses como espanhóis, da geração de Pombal a consciência aguda de que a eficácia governamental e a consolidação imperial eram essenciais para que um dos países viesse a reconquistar sua influência e poder em um mundo de crescente competitividade e inveja.⁷⁰

As ações de Pombal refletiam muito do pensamento que ele tinha e da compreensão de mundo que ele adquiriu durante suas viagens, lendo autores contemporâneos a ele e observando a situação de seu país. Ao ter a oportunidade logo implementou políticas que em sua visão favoreciam o desenvolvimento de Portugal e de seus domínios, com a política de fim das discriminações entre raças, Pombal visava a multiplicação do número de pessoas nas colônias para a melhor defesa das terras.

Pombal agia, na verdade, para assegurar o futuro da América portuguesa ao encorajar o aumento da população. Mas como não acreditava que esse objetivo pudesse ser alcançado, no Brasil, por meio de uma emigração europeia maciça; visava, ao afastar a população indígena da proteção religiosa, estimular a sua europeização por intermédio da miscigenação.⁷¹

⁷⁰ MAXWELL, *Ibidem*, p. 16-17.

⁷¹ *Ibidem*, p.54.

Na área econômica e comercial Pombal almejava o fortalecimento das relações com os empresários e comerciantes portugueses, ao os dar vantagens, em detrimento dos comerciantes clandestinos e contrabandistas, ao fazer isso Pombal tinha um controle mais efetivo sobre as transações comerciais e sobre o grupo que as fazia. A política econômica de Pombal é definida por Maxwell, não como mercantilismo tradicional, mas como o uso de técnicas do mesmo sobre uma nova roupagem:

Seu objetivo era utilizar técnicas mercantilistas – companhias monopolistas, regulamentação, taxação e subsídios – para facilitar a acumulação de capital por comerciantes portugueses, individualmente. Essa ajuda aos capitalistas portugueses tinha objetivos e consequências mais amplos, porque era parte de um esquema destinado a fortalecer o poder de barganha da nação dentro do sistema comercial atlântico.⁷²

Para colocar seus planos de governo em prática Pombal contava com os agentes régios locais que transmitiam com eficiência a política de centralização de governo, como pode ser percebida na descrição feita por Ribeiro ao tratar do governo de Gomes Freire de Andrada na América portuguesa, de acordo com a autora o governo de Gomes Freire de Andrada era o retrato e reflexo direto na América da política de racionalização do governo de Pombal, percebe-se em sua tese que o governador desfrutava de grande poder e prestígio na América, tendo uma boa margem de ação como agente real, Maxwell questiona a margem de liberdade das oligarquias locais, considera de certa forma perigosa a liberdade dada aos oligarcas locais em relação a administração real:

A autoridade do governo nas suas possessões ultramarinas em nível local sempre se fundamentara numa boa dose de tolerância mútua entre os magnatas locais e a administração real. Um Estado do século XVIII, embora autocrático no papel, possuía em última instância poderes limitados de coerção. O sistema pombalino, pelo reconhecimento e oficialização desse status quo e pela falta de burocratas eficientes e honestos, ocorreu um risco considerável ao entrelaçar as oligarquias coloniais de modo tão próximo da estrutura administrativa.⁷³

Havia uma espécie de tolerância para um bom funcionamento da estrutura administrativa.

Em um ponto se pode concordar com os autores citados até aqui, as políticas de Pombal não eram importadas de outros modelos governantes, elas vinham de uma longa tradição política portuguesa, que como afirma Maxwell, tradição de experimentação e debate que

⁷² *Ibidem*, p.67.

⁷³ *Ibidem*, p.157.

vinha desde 1660. Era ao mesmo tempo uma política tradicional e reformista. Tradicional do ponto de vista de se manter as bases monárquicas, mas revolucionária ao se tirar monopólios das mãos de grupos como a nobreza e ampliar suas bases ao abrir caminho para reconhecimento de título nobreza para outras classes antes rejeitadas como a dos grandes comerciantes. Reformista também quanto a secularização e racionalização desse mesmo Estado com bases monárquicas tradicionais. Sem dúvida a administração de Pombal foi inovadora, porém a inovação por ele implantada não foi vista de boa maneira por muitos.

Segundo Maxwell a posição defendida por Pombal dependia do rei, as políticas que colocava em prática também deveriam ter o aval do rei, ou seja, Pombal não governava sozinho, ele era um subordinado do rei, que desfrutava de vantagens e imenso poder, mas ainda assim subordinado. “Pombal exerceu amplos poderes, mas sua força sempre dependeu do apoio do rei. Isso era tanto a sua força quanto a sua fraqueza, já que a posição que ocupava dependia inteiramente da sobrevivência do rei.”⁷⁴

Com a morte do rei José I em 1777 o cargo de Pombal não fazia mais sentido e um novo governo se instaura em Portugal:

A nova rainha, Dona Maria I, a primeira soberana da história de Portugal, fora por muito tempo o foco das esperanças dos inimigos de Pombal. Seu marido e príncipe consorte, que se tornou Dom Pedro III, aproximava-se muito dos jesuítas. As frustrações dos interesses havia tanto tempo reprimidos pelo regime de Pombal – os comerciantes que não se beneficiaram dos privilégios e proteção especiais dos colaboradores de Pombal; o clero ultramontano; os aristocratas que não se haviam comprometido com o regime e os britânicos –, todos encontraram eco para suas queixas no novo ambiente político.⁷⁵

O governo de Dona Maria I abriu espaço para um novo cenário político em Portugal que poderia significar um novo posicionamento quanto ao império português, se antes vários grupos estavam insatisfeitos com as políticas postas em prática por Pombal, agora eles viam na rainha um escape as suas lamentações e uma mudança efetiva de posição do Estado. O governo da Rainha D. Maria I, segundo Maxwell realmente mudou de posicionamento quanto a economia e administração levou com “frouxidão” a ambos e teve por consequência o enfraquecimento da máquina administrativa do governo e o afastamento da administração direta dos empreendimentos do Estado, o que de início causou uma desordem administrativa no reino, logo ao interpretar a ação e administração de Pombal e a do marquês d’Angela (ministro de D. Maria I) se pode concluir que Pombal era para o reino e império sinônimo de

⁷⁴ *Ibidem*, p.160.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 161-162.

ordem⁷⁶, já que a racionalização da administração dava a sua gestão fortes características organizacionais.

2. O reconhecimento dos vassallos do rei: os recenseamentos na política racional portuguesa

Fazia parte da política pombalina uma prática de conhecimento e reconhecimento das novas terras, era de interesse do rei conhecer quem eram os seus vassallos. Para que de fato o rei conhecesse seus vassallos e domínios uma política de recenseamento foi colocada em prática na administração do Império português.

Assim como Ana Paula Wagner⁷⁷ compreende Império português como todos os domínios que estavam submetidos ao rei de Portugal usando essa teoria como metodologia, nesse presente trabalho também entendemos o conceito de Império português como um todo que estavam submetidos a Portugal, sendo assim compreendemos por Império Português: Portugal e seus domínios na América, Ásia e África.

Quanto as especificidades de cada localidade é possível perceber que em cada domínio português as políticas foram adaptadas de acordo com as circunstâncias locais é o que podemos perceber que aconteceu na América portuguesa no governo de Gomes Freire de Andrada ao receber as orientações e passa-las ao seu irmão, em sua afirmação, bem colocada por Ribeiro de que a *“se faz preciso misturar o agro com o doce”*⁷⁸, ou seja, para se governar a parte que seu irmão ficara responsável em sua ausência era preciso agir em meio termo, não ser tão duro nem tão suave na direção do governo, logo, se pode entender como uma adaptação da política de governo.

Como percebemos ao longo do trabalho as pessoas haviam se tornado de grande importância para a manutenção dos domínios portugueses isso porque elas significavam ao mesmo tempo a ampliação de rendas da coroa e a defesa da localidade conquistada, visando a importância que essas pessoas teriam ganhado na manutenção geral do reino surge uma necessidade de se ter o controle em termos de números.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Curitiba Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. 2009.

⁷⁸ Cf. RIBEIRO, 2010, p. 115 – 118. Sobre a aplicabilidade da ação de se “misturar o agro com o doce”.

Como vimos, no século XVIII, havia uma intensa produção de saber e movimentação das estruturas, vimos que na mesma época se cria em Portugal a Academia Real de Ciências, que vários autores consideram como um marco do desenvolvimento da intelectualidade e das ciências em Portugal e na Europa em geral.

Segundo Wagner⁷⁹ a época era propícia para o desenvolvimento da aritmética e das ciências em geral, , assim como outros autores (Falcon, Maxwell e Ribeiro) a autora reafirma a importância dessa instituição para a administração racionalizada que vinha sendo empregada por Portugal. A Academia Real de Ciência de Lisboa teve um papel fundamental no desenvolvimento das técnicas de contabilidade demográfica e populacional das terras conquistadas por Portugal.

Em relação à população, observamos, na segunda metade do século XVIII, a aplicação de uma política ultramarina assentada no recenseamento das diversas qualidades de habitantes submetidos às normas administrativas portuguesas. Essa política visava a assegurar a posse de seus domínios e uma melhor e mais efetiva exploração de suas riquezas.⁸⁰

Ao ter o controle da quantidade de pessoas, poses, terras, bens dessas pessoas a possibilidade da aplicação de fiscalizações, impostos e controle da renda gerada pela localidade era bem maior, ou seja, era preciso conhecer os seus vassallos para se ter o domínio efetivo sobre eles, a partir daí se pode entender a premissa de que ao se multiplicar pessoas se multiplicaria riquezas, quanto mais pessoas, mais bens, mais impostos, mais geração de renda a coroa. Esse fator era de grande interesse para o rei e para seu corpo administrativo que almejava galgar maior espaço e posição no cenário econômico internacional, além de possibilitar a aplicação de novas diretrizes sociais, conhecendo a população local ficava mais fácil a aplicação de determinadas normas políticas, econômicas e sociais.

Ao conhecer as minúcias de um território, era possível para o seu soberano agregar estas informações e associá-las a um projeto político e social do qual queria ser portador. Aliás, para Michel Foucault, a ‘arte de governar’, no período moderno, esteve ligada a ‘um conjunto de análises e de saberes que se desenvolveram a partir do final do século XVI e que adquiriram toda sua importância no século XVII’. Nesse processo, para o exercício do governo, a administração lançaria mão do conhecimento estatístico, que passava à categoria de ‘conhecimento do Estado, em seus diversos elementos, dimensões e nos fatores de sua força’. Na época em questão, existiam dois tipos de conhecimento estatístico: um filiado à tradição alemã, caracterizada como ‘descritiva’, e outro associado aos ingleses, marcado pela

⁷⁹ WAGNER, *Ibidem*.

⁸⁰ *Ibidem*, p.3

presença de dados numéricos. Apesar dessa distinção, os inquéritos surgidos, a partir de então, tentaram ‘impor em toda a parte um mesmo olhar e um modelo único de recolha de informação’, e procuraram demonstrar a ‘unidade administrativa e política da nação através da constituição de um corpo de dados homogêneos’.⁸¹

Segundo Wagner⁸², Pombal já havia tido contato com essas técnicas de recenseamento e agora aplicava em sua administração no governo português. Essa prática visava um levantar e formar de vassalos úteis à coroa era preciso conhecer para neles investir em favor do crescimento do Reino.

Tendo a racionalidade por base do seu governo a política de recenseamentos era uma das principais formas de se conseguir quantitativa e qualitativamente obter o controle das pessoas que compunham o império português em suas várias faces. Assim, um dos objetivos deste trabalho analisar quantitativa e qualitativamente o número de pessoas que compunham a parte aqui destacada que fazia parte desse império, especialmente o caso dos moradores do distrito e jurisdições de Icolo, que compunha parte da Angola portuguesa. O capítulo que se segue consiste em uma análise de fonte que se torna imprescindível para o entendimento de como se deu essa prática de racionalização na África, sobretudo no discurso censitário sobre a mulher, mas comparativamente ao homem.

⁸¹ Ibidem, p.5.

⁸² Ibidem.

CAPÍTULO 3

O perfil de homens e mulheres no recenseamento do Distrito de Icolo

Vimos que a política administrativa de Pombal estava baseada no que podemos dizer ser um conhecer e reconhecer para melhor dominar, baseado nessa política os recenseamentos eram a melhor forma de se saber o número de seus vassallos, o perfil dessa gente, bens e terras que possuíam, uma forma de saber de que modo poderiam retirar dali uma vantagem para crescimento do reino e como implementar medidas econômicas ou administrativas na localidade.

A documentação utilizada nesse trabalho consiste em uma lista nominativa com uma relação de moradores do distrito de Icolo e das vilas de Icau, Muquiama e Quilengues que estão sobre a jurisdição do já citado distrito, que estava localizado no *hinterland* de Luanda, documento datado em fins do século XVIII. Esta lista contendo nome, idade, estado, emprego, gados, petrechos de sua majestade, órfãos, sobas e os territórios que reconheciam e tributavam vassalagem é de vital importância à análise proposta aqui da racionalidade da administração assim como da perene desigualdade existente entre os sexos que como se verá na análise da documentação. A documentação tem por nome *Notícias do Distrito do Icolo (1798)* e está disponível no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

1. As vilas de Quilenge, Muquiama e Jeau e suas especificidades

A análise parte de uma divisão feita pelo próprio documento em que os recenseados são contabilizados primeiramente de forma geral e posteriormente com divisões de localidade, para melhor análise inicial seguiremos a ordem inversa, analisaremos cada vila e suas especificidades em relação uma a outra e posteriormente a localidade Icolo contando como o distrito que abarcava essas vilas de Quilenge, Muquiama e Jeau.

Começaremos pela vila de Quilenge que era jurisdição do distrito de Icolo, essa vila é a que durante a análise apresenta o número mínimo de naturais e moradores, são um total de 5 pessoas que haviam nascido e ainda eram moradores na localidade, todos do sexo masculino encabeçando os forros. Os 5 homens eram todos lavradores (já que o código corresponde a uma lista nominativa em que a ocupação da maioria é como lavradores e lavradoras do distrito

de Icolo e jurisdições), e recebiam a denominação preto como cor e condição, eram solteiros em idade produtiva (entre 25 e 52 anos de idade) e possuíam terras, 4 deles possuíam uma unidade de terra denominada arrimo, e 1 tinha 2 arrimos, todos esses arrimos pertencentes a eles eram trabalhados por gente forra, ou seja, não há nessa vila indicativo de posse de escravo por seus moradores, o que é muito raro de se evidenciar em uma época em que ter escravos era necessário para se manter a produção nas terras, houve uma preferência predominante na escolha de forros para trabalhar nesses arrimos.

Outro fator que nos chama atenção nos dados dessa vila é a ausência de mulheres nessa parte da documentação, pois os homens eram todos solteiros e nenhuma mulher encabeçava nenhuma das casas. Havia *ausência* também de escravas, já que os forros que trabalham nos arrimos dos lavradores não são identificados como masculino e feminino. Visto os números que formam os dados da primeira vila em análise, vejamos os dados da próxima vila.

Na vila de Muquiama há as mesmas tendências da anterior. Das 11 pessoas existentes no levantamento todas são do sexo masculino, pretos, sendo solteiros em idade produtiva (entre 26 e 56 anos), todos os lavradores possuindo 1 arrimo cada, com a predominância também do emprego de gente forra para o trabalho na terra, sendo apenas 1 dos citados dono de escravas, as mulheres são representadas nessa parte do documento por um número de 2 escravas que provavelmente trabalhavam no arrimo.

Na vila de Jeau também se observam as mesmas tendências; todos os moradores representados são do sexo masculino, nascidos e moradores da localidade, solteiros em idade produtiva (entre 32 e 65 anos), entretanto essa vila tem em sua composição de moradores algumas especificidades, diferente das outras duas cujos moradores tinham por cor e condição a denominação preto. Nesta parte do documento 2 moradores são classificados como preto descalço, o que já indica uma variação quanto as outras classificações, assim como nas outras vilas o predomínio de posse de 1 arrimo seguido por gente forra empregada neles também é evidente, mas 3 personagens se destacam, 2 tendo 1 arrimo cada e 1 escrava fêmea cada, e 1 tendo 2 arrimos e 2 escravos, 1 macho e 1 fêmea. Nessa parte do documento se observa a representação de 3 donos de escravos assim como na vila de Muquiama havia 1 dono de escravo.

Percebemos ao comparar as três vilas o predomínio maciço de homens encabeçando fogos. O perfil do recenseamento tinha por foco o enquadramento dos indivíduos nas categorias de cor/condição que poderia ser um classificador de posição social, assim como seu

estado matrimonial e profissão. Percebemos também que houve nas três vilas o predomínio da mão de obra de *gente forra*, mas não designando o sexo dessas pessoas, o que poderia indicar que os moradores do local não tinham uma posição social tão elevada visto que não eram senhores de escravos. Somando as três vilas, somente 4 pessoas eram donos de escravos, além de serem lavradores.

O recenseamento era bem seletivo excluía a composição da família, talvez devido ao seu estado de solteiro que era a constante dos moradores. As mulheres são representadas nessa parte da análise como escravas e em pouquíssima quantidade, estão em posição inferior aos homens, já que assumiram o papel de escravas de seus senhores.

2. O perfil dos homens de Icolo, posição, terras e posses

Como vimos nesta primeira abordagem já se pode ter noção do perfil que compunha o distrito de Icolo e jurisdições, entretanto agora passaremos a segunda fase de análise quando analisaremos os mesmos dados sobre todo o distrito de Icolo, percebendo suas alterações e especificidades quanto ao posicionamento, números e posses por parte dos homens.

No total da documentação contabilizamos 260 pessoas no distrito de Icolo, sendo retirados dessa contabilização os herdeiros de pessoas falecidas que não são indicados em números só fazendo referência, por exemplo: “Os herdeiros do falecido Ignacio Mattozo de Menezes” não identificando o número e nem ao menos especificando os nomes dos prováveis herdeiros. Também não foram contabilizados nessa parte os sobas que prestavam vassalagem ao rei de Portugal por se entender como uma categoria que merece nossa atenção redobrada e por isso mais minuciosa análise posterior.

Desse total de 260 pessoas nomeadamente 200 são homens e 60 mulheres, começemos por analisar os dados levantados sobre os homens que compõem a população do distrito de Icolo e jurisdições.

Dos 200 homens analisados e homologados de acordo com as convenções e normas de classificação portuguesa designadas para os recenseamentos, as designações utilizadas para classificação de Cor/Condição encontradas no documento foram as seguintes: “branco”; “pardo”; “fusco”; “finca”; “preto”; “preto calçado” “preto meio calçado” e “preto descalço”. Sendo por área de classificação dividida nos seguintes números totais: 4 homens brancos, 2 homens pardos, 110 pretos, 15 pretos calçados, 17 pretos descalços e 1 homem preto meio

calçado, 2 fuscos e 2 fincas, 47 desses 200 homens não receberam classificação de Cor/condição, talvez porque não se encaixassem em nenhuma das categorias colocadas por classificatória por Portugal. Observa-se, no entanto que mais de 50% da população masculina foi designada como preta, e que, portanto pertenciam ao próprio distrito, as jurisdições ou ainda a distritos e cidades derredores, como observamos no próximo item de classificação que é a naturalidade dessas pessoas, notamos que, por exemplo, os homens brancos que estavam na cidade eram em sua maioria provindos de outros lugares, no caso cada um deles respectivamente tinham origem: no Rio de Janeiro; Braga (Portugal); Ilha da Madeira (Portugal) e Luanda.

Nota-se também que a maioria dos recenseados era natural do distrito de Icolo, sendo 119 no total, portanto a população masculina neste distrito era composta por mais da metade de nascidos na própria localidade, sendo o número de estrangeiros baixo em comparação aos mesmos, eram 1 de cada cidade: Braga, Bingo, Ilha da Madeira, Gotango e Rio de Janeiro; 5 de Quilenge; 6 de Luanda; 10 de Muquiama e 11 de Jeau.

Dos 200 analisados 44 não informam sua naturalidade. Dos moradores que constituem esse distrito 121 são moradores do distrito, 21 moradores da cidade de Icolo, 1 é morador do presídio de Encoge e os outros são divididos nas vilas que falamos inicialmente e por seu número também representados anteriormente (5 de Quilenge; 10 de Muquiama e 14 de Jeau).

Quanto ao perfil etário desses homens, há uma grande concentração de homens na faixa etária de 25 a 60 anos, sendo eles mais da metade de homens (148 estão entre 25 e 60 anos dos 200 apresentados, sendo 7 entre 61 e 85 anos; 9 abaixo de 16 anos e 37 não informados), encabeçando a parcela produtiva e de reprodução da população.

Quanto ao perfil matrimonial ou civil desses homens a grande maioria se enquadra na classificação de solteiros, sendo 145 deles solteiros, somente 9 casados, 2 viúvos e 44 não tem informações sobre seu estado matrimonial, aqui se encontra mais uma evidencia de produtividade masculina já que a grande maioria também eram donos de arrimos e alguns de escravos, entretanto a reprodutividade quanto a família pode ser questionada já que não as constituíam, eram solteiros, o grande número de homens solteiros ajuda por reduzir o número de mulheres na constituição dessa população.

Dos 200 homens classificados apenas 17 detém algum título, 16 militares entre Oficiais, capitães, tenentes, soldados e cabo e 1 clérigo o reverendo do distrito. Dessas 17 pessoas que receberam algum título um deles se destaca em toda a lista é o Tenente Coronel

Martinho Teixeira de Mendonça que possui além desse cargo de destaque posses e escravos que superam o número de posses e escravos de todos os outros que detém título e mesmo os que não o têm.

O tenente coronel possui 7 arrimos no distrito de Icolo e ao todo entre escravos e escravas que trabalhavam pra ele 61 pessoas como propriedade, sendo 21 homens e 40 mulheres que provavelmente se espalhavam por suas terras. Sem dúvida o cargo de tenente coronel deu a Martinho Teixeira de Mendonça a possibilidade de ampliar seus bens e ter maior mobilidade social, entretanto esse destaque não pode ser alvo de mais especulações devido a pouca quantidade de provas e registros sobre o mesmo ao menos nesta fase de pesquisa.

A maioria das pessoas que povoavam o distrito e suas jurisdições elencadas no documento são possuidoras de 1 arrimo cada, sendo 147 donos de 1 arrimo, seguidos de 25 pessoas donas de 2 arrimos e 9 pessoas que tem de 3 a 7 arrimos (19 não informam ou não possuem terras). Nestes arrimos de propriedade dos homens uma grande parcela tem a presença de escravos, enquanto outra parte recebe a mão de obra de gente forra, totalizando 75 arrimos trabalhados por gente forra, contra 107 proprietários de escravos que provavelmente eram empregados nessas terras.

Referente à ocupação dessas pessoas há uma tendência forte a ocupação de lavradores sendo mais de 50% lavradores (143 homens), as outras ocupações tiveram um espaço ínfimo de 1% (pra mais ou menos, alfaiate, carpinteiro e carteiro), menos de 1/3 das pessoas não tem sua ocupação revelada.

Quanto a posse de escravos, mais da metade possui escravos (102 de 200), sendo 98 pessoas que não informam ou não possui escravos, dentre os escravos lançados em forma de números 177 são escravos machos e 402 são escravas fêmeas, tendo um total de 579 escravos e escravas por propriedade de homens na região estudada. Percebemos aqui o predomínio de escravas fêmeas a escravos machos, essa talvez seja uma das fontes para o suprimento do diminuto número de mulheres livres no distrito se for comparado ao número de homens livres, o número total de escravos do distrito inclusive ultrapassa em muito o número total de pessoas livres elencadas na listagem de recenseamento.

3. O perfil das mulheres de Icolo, posição, terras e posses

Como dissemos anteriormente o número total de mulheres apresentadas na documentação é de 60, essas mulheres assim como os homens são classificadas de acordo com as denominações propostas pela administração portuguesa. Logo elas também serão classificadas nas categorias: “Fusca”; “finca”; “preta”; “preta descalça”; “preta calçada” e uma designação diferente das dos homens a de “mulata descalça”. Sendo por área de classificação dividida nos seguintes números totais: 21 pretas; 19 pretas descalças; 3 fincas; 3 fuscas; 2 mulatas descalças e 1 preta calçada (11 não informam a Cor/condição).

Observa-se que o número de mulheres consideradas pretas é elevado em comparação com as outras categorias, a que mais se aproxima das pretas em relação a números é a classificação de pretas descalças, essas denominações podem refletir o perfil das mulheres que ali haviam nascido e ainda habitavam, se percebe na análise que a quase totalidade das mulheres eram naturais e moradoras daquele distrito, em números representavam 51 das 60 mulheres citadas, e quanto ao lugar que ocupavam, sua morada, eram também em sua maioria moradoras do distrito ou da cidade de Icolo, não há como vimos no caso dos homens mulheres que vinham de outros países, somente, em pouquíssima representação, vindas de outros distritos ou cidades (naturalidade: 1 do Sítio do Libongo; Moradoras: 1 moradora de Luanda e outra moradora no Presídio de Ambaca). Não há presença de mulheres brancas no documento.

Quanto ao seu estado matrimonial, a grande maioria de mulheres dessa região se constituía por mulheres solteiras, são 33 solteiras, ou seja, pouco mais da metade dessas mulheres estariam livres a contrair matrimônio em um distrito em que o número de homens solteiros também era bastante elevado. No documento há registro de apenas 1 mulher casada e outras 7 mulheres que seriam classificadas como “mulher de”, especificando o nome de seus respectivos maridos (alguns deles com cargos elevados nos regimentos locais), essas são seguidas por 11 viúvas e 8 não especificavam seu estado matrimonial.

Quanto a faixa etária dessas mulheres 49 das 60 mulheres apresentadas tem entre 25 e 60 anos (outras 2 tem respectivamente 20 e 70 anos e as outras 9 não informam), assim como os homens estavam em idade produtiva e algumas em idade reprodutiva.

Referente à ocupação dessas mulheres 42 mulheres eram lavradoras, ou seja, mais de 50% das mulheres que tem registro na documentação tem a agricultura como fonte principal de

sustento, outra atividade desempenhada por elas também aparece, porém em número diminuto, somente 4 das mulheres restantes eram costureiras, enquanto as outras 14 mulheres não tem profissão definida.

Quanto as posses dessas mulheres, 42 dessas mulheres possuem 1 arrimo cada, 11 delas possuem 2 arrimos e apenas 2 possuíam 3 arrimos, damos destaque a estas mulheres que possuem um número de terras elevado em relação as outras, são elas: Maria da Silva Pereira, que segue o perfil predominante na documentação, moradora do distrito, solteira, 40 anos, lavradora, com posse de escravos e terras; a outra é Josefa de Lemos, da qual não se tem informações registradas como idade, estado matrimonial ou ocupação, as únicas informações existentes sobre ela na documentação se limitam a descrever que ela é moradora da cidade (provavelmente Icolo) e que tem terras e gente forra trabalhando nessas terras.

Um aspecto que nos chamou muito a atenção é quanto as posses de terras dessas mulheres, em toda a documentação constam 55 mulheres donas de terras de um total de 60 mulheres, quase que a totalidade de mulheres moradoras ou naturais desse distrito possuem terras, apenas 5 não possuem registros de terras, mais ainda assim possuem registro de ocupação como lavradoras, ou seja, trabalhavam em alguma terra. Essas mulheres proprietárias de terras provavelmente tiravam dessas terras o seu sustento e da sua família, já que as encabeçavam por completo no caso das viúvas e solteiras ou (subentendesse) provisoriamente enquanto os seus maridos não estavam, no caso da casada e das “mulher de”.

Em relação a posse de escravos 39 das 60 mulheres possuíam escravos, sendo 32 proprietárias de 1 a 5 escravos cada (entre homens e mulheres cativos); 6 proprietárias de 6 á 10 escravos e apenas 1 proprietária de 20 escravos, destacamos a mulher possuidora do número mais alto de escravos que uma mulher detinha na região de acordo com a documentação, a Francisca da Costa e Mello possuía 20 escravos sendo 10 machos e 10 fêmeas, se enquadra no segundo perfil mais aparente no registro, era preta descalça, tinha 60 anos e 2 arrimos em que provavelmente eram empregados esses escravos.

O número total de escravos machos possuídos por mulheres era de 43 escravos, e o de escravas fêmeas possuídas por elas era de 79 escravas, assim como há na análise dos homens um predomínio de mulheres escravas, isso também acontece em relação a análise das mulheres, na realidade o número total de escravos possuídos por essas mulheres também ultrapassa o número de mulheres existentes na própria localidade de acordo com o que percebemos na listagem, há uma concentração grande de cativos na região.

O número de mulheres que detinham posses como terras e escravos eram altos na região, como se pôde observar, e o mais interessante de todos é que das 60 mulheres apenas 3 possuíam um título de dona que as distinguiu socialmente e possivelmente financeiramente das outras, entretanto o que observamos foi um efeito inverso, os mulheres que não tinham título ultrapassavam em número de posse e algumas de escravo as mulheres consideradas mais nobres por terem um título, eram elas: D. Anna Maria de S. Miguel; D. Angelica da Mattos Moreira; e D. Tereza de Lemos.

Essas donas que ficaram evidentes na documentação eram moradoras da cidade, possuidoras de apenas 1 arrimo cada naquele distrito, tinham relativamente poucos escravos para a sua posição (totalizando em número de escravos respectivamente: 4; 10 e 2), a dona que mais recebe destaque das 3 elencadas aqui é a D. Angélica da Mattos Moreira, ela era a das 3 que mais possuía escravos, como vimos totalizavam 10, talvez o número elevado de escravos que possuía se deve-se também ao seu estado matrimonial de viúva, os escravos que estavam sobre sua posse poderiam ter sido diretamente herdados do seu falecido marido, que não é evidenciado nos registros.

Vimos na documentação que 38 dos arrimos das mulheres que possuíam escravos eram provavelmente trabalhados por esses escravos descritos pela listagem, entretanto existiam na documentação mulheres que possuíam arrimos, mas que não possuíam escravos, observamos que as mulheres que não possuíam escravos tinham por mão de obra em suas terras gente forra que trabalhavam para elas, possivelmente para suprir a mão de obra cativa.

4. Homens e Mulheres do distrito de Icolo, em comparação

Como anteriormente ficou evidente ao longo da amostragem do objeto de pesquisa e identificação das suas especificidades, de agora em diante vamos nos debruçar sobre os aspectos que mais tiveram evidência na análise de homens e mulheres das localidades citadas, assim poderemos ter a chance de alcançar melhores resultados na aplicação do conceito de racionalidade e desigualdade entre os sexos dentro do perfil existente na documentação.

Observamos ao longo da análise, que nas jurisdições de Quilenge, Muquiama e Jeau, analisados primeiramente de forma separada, não havia a presença de mulheres nos registros, somente homens são relatados nesses primeiro momento, a parcela de mulheres que se torna evidente nessa parte documental são algumas escravas possuídas por alguns dos moradores da localidade de Jeau, talvez isso aconteça no documento por serem os homens o sexo

predominante naquela localidade, pois vimos que a maioria maciça era de homens solteiros nessas 3 localidades, já que eram solteiros e subentendesse que não encabeçavam fogos (“grupos domésticos”).

Entretanto, em contradição a primeira situação encontrada quando passamos a análise do distrito de Icolo de forma geral percebemos que esse quadro de invisibilidade na documentação por parte das mulheres começa a ser modificado, ao analisarmos a listagem de moradores do distrito de Icolo e jurisdições percebemos que se encontram no total da análise 200 homens e 60 mulheres, descritos de forma nominal, com informações de posse de escravos, terras, estado matrimonial, cor/condição, idade e título, como vimos o número de homens presentes na documentação é muito grande em relação ao número de mulheres, o que seria por normal de verificar já que a sociedade que estamos tratando é assim como a europeia por bases hierarquizadas, ainda mais quando se aplicam e ampliam as características do reino aos seus domínios, Portugal era uma sociedade de antigo regime hierarquizada e isso refletia sobre seus domínios. Logo, o número de homens encabeçando fogos nessa localidade era superior ao das mulheres, já que a figura masculina ao longo da história detinha sobre ela a figura “pater” como vimos ao abordarmos os conceitos de paternalismo desenvolvidos por Freire e reavaliados por Dantas Reis e outros autores no capítulo 1.

Todavia, o que nos surpreende nas *Notícias do Distrito do Icolo (1798)*, mesmo com a presença dos homens em um número elevado, é a presença de mulheres encabeçando fogos na região, o número de 60 mulheres por 200 homens pode ser considerado elevado se considerarmos as condições em que essas mulheres estavam inseridas na sociedade.

E indo mais fundo nas análises percebemos que essas mulheres que marcaram presença na documentação tinham disparidades quanto aos homens em alguns aspectos como o da posse de terras, observamos no documento que 59 das 60 mulheres detinham posse de terras, ao menos 1 arrimo elas possuíam, ou seja, a maioria efetiva das mulheres tinha posse de terras, enquanto entre os homens o número é de 181 de 200 que detinham posses registradas.

Vimos também outra disparidade entre os sexos, salientamos em cada amostragem os personagens que mais se destacaram quanto as posses de terras e escravos na documentação, percebemos que entre os homens o personagem que mais se destacou tinha um cargo elevado na sociedade, se tratava do tenente coronel Martinho Teixeira, este tinha entre os homens o número mais alto de terras e escravos da região, totalizando as posses de 7 arrimos e 61 escravos entre machos e fêmeas, contudo, entre as mulheres não há um sincronismo de posse

de terras e escravos, as mulheres que se destacam na documentação cada uma possuía ou um ou outro bem em destaque, eram Francisca da Costa e Mello possuidora de 20 escravos sendo 10 machos e 10 fêmeas, ela tinha 60 anos e 2 arrimos não tinha título ou cargo elevado como o homem que destacamos, outras também que destacamos quanto a posse de bens foram Maria da Silva Pereira e Josefa de Lemos que possuem 3 arrimos cada uma. Sendo as citadas destaque entre as mulheres vistas na documentação percebemos que nenhuma das citadas que tinham bens em numero elevados, sejam eles de escravos ou terras detinham uma posição de destaque na sociedade não eram donas ou muito menos tinham cargo como o do homem que destacamos, essas mulheres eram mulheres comuns moradoras do distrito e sem grandes prestígio social, ao contrário do homem que provavelmente tinha seus bens como fruto de uma carreira a serviço do reino.

Um elemento que foi destaque em toda a documentação tanto pra homens quanto para mulheres é quanto a faixa etária e estado matrimonial dessas pessoas, vimos que a maioria maciça de pessoas do documento estavam entre 25 e 60 anos e tinham por estado matrimonial solteiro(a), ao analisar esses pontos na sua tese de doutorado Wagner⁸³ afirma que, as diversas faixa etárias que estavam presentes na sua análise da África Oriental:

Aos olhos da Coroa, outras faixas etárias representariam papéis importantes no interior daquela sociedade: as mulheres entre os 14 e 40 anos estariam, em tese, na fase mais apropriada para a reprodução; e os homens entre os 15 e 60 anos encontravam-se aptos para realizarem diferentes tarefas, entre elas também a reprodutiva, assim como militares, econômicas e políticas. Nesse sentido, obter detalhes sobre as populações com essas idades específicas significava, para a administração central, ter em mãos um conhecimento sobre os potenciais daquela parte do Império, assim como proporcionaria elementos para saber como caminhava a expansão do cristianismo para os lados da África Oriental.⁸⁴

Esses números representavam um número importante para o reino, conhecendo o perfil desses moradores a coroa poderia por em pratica políticas mais específicas além de saber como poderia investir e tirar os rendimentos de determinada localidade, acreditamos que essa mesma situação ocorria no distrito de Icolo, a coroa contabilizou principalmente as pessoas que poderiam ser de serventia para as varias áreas que poderiam dinamizar e potencializar o crescimento do império.

Entretanto, sabemos que as políticas não poderiam ser iguais para as diversas partes do império, pois sabemos que as diversas partes que compunham esse grande império tinham

⁸³ WAGNER, *Ibidem*.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 178.

suas especificidades, e não somente de partes em partes do império, mas dentro dos próprios domínios, situações diferentes, pessoas e circunstâncias diferentes subescreviam a política que deveria ser aplicada ou ainda a adaptação da mesma na localidade. Como já dissemos anteriormente, o caso do governo de Gomes Freire de Andrada na América portuguesa é um ótimo exemplo de adaptações das políticas vindas por ordem do reino.⁸⁵

Observamos durante a análise os aspectos que mais se destacaram na documentação e que possibilitaram uma comparação efetiva do posicionamento dos sexos no meio social, vimos que apesar de estarem em menor número as mulheres obtiveram destaque na posse de terras quanto aos homens, e que encabeçavam um número elevado de fogos, quanto a técnica de pesquisa quantitativa e qualitativa, Wagner ressalta que,

Não obstante o “fogo” tenha sido considerado a “unidade de contagem privilegiada” por muito tempo, aos poucos, e mais particularmente a partir do último quartel do século XVIII, passou-se à quantificação dos indivíduos. Essa mudança não foi excludente, pois os dois tipos de procedimentos coexistiram.⁸⁶

Os grupos domésticos a que se refere Wagner⁸⁷, apesar dessa pesquisa se basear em uma contagem de indivíduos, subentendesse que fogos compunham a sociedade, e que muitos deles eram chefiados por mulheres, ao serem representadas no censo como tal.

Na documentação também existem algumas informações que a nós é relevante como a contagem de vassalos presentes na região assim como a descrição Dos “petrexos” da majestade naquela localidade, é o que veremos a seguir. Os “petrexos” da majestade consistem em alguns elementos como pólvora, matungas, grilhões e tronco de madeiras, assim como gados pertencentes a majestades e alojados ali, na pequena descrição desses elementos podemos perceber a diversidade de bens da coroa localizados ali, podemos perceber que a região era de perfil agrícola através dos produtos que lá são cultivados como os descritos nas terras dos sobas e pelo perfil agrário dos homens e mulheres presentes na documentação em sua maioria lavradores.

Como dissemos no início deste capítulo o documento analisado consiste em uma lista nominativa, entretanto, algumas informações são ressaltadas na documentação e não podemos deixar passar já que as informações são por nós considerados importantes. Estas informações consistem em destaque a alguns sobas da região e suas posses, as informações são poucas, são

⁸⁵ RIBEIRO, *Ibidem*.

⁸⁶ WAGNER, *Ibidem*, p. 193.

⁸⁷ WAGNER, *op.cit.*

no total 17 sobas, sendo 3 de Jeau e 4 de Muquiama, nessa parte da documentação são apresentados os sobas e suas posses, há uma descrição pequena da dimensão da terra e o que é cultivado nela, na maioria das terras são cultivados feijão, farinha e milho, produtos que eram fonte de suprimento de várias áreas correlatas ao crescimento econômico do império.

Ao se notar no fim da documentação a presença da descrição dos sobas que se reconheciam e tributavam vassalagem ao rei se pode confirmar a colocação da política de racionalização de administração e do que Wagner defende em sua tese de reconhecimento dos vassallos do rei, que o rei queria conhecê-los de forma individual na descrição do documento, e ainda de forma geral ao se contabilizar todos os vassallos e pessoas que estavam sobre o domínio do reino português.

A prática de vassalagem para com os africanos já era a muito tempo feita pelo reino como nos explica Beatrix Heintze⁸⁸, entretanto algumas restrições eram tidas, nesse novo momento da administração sobre a influência de novos pensamentos a vassalagem havia se estendido em alcance e direito. Ao longo do tempo os critérios para serem reconhecidos como vassallos foram se alargando, como se refere Wagner existiam,

Algumas diretrizes emanadas do reino, as quais objetivavam incorporar e controlar as diversas populações que habitavam o Império Português, transformando as em súditos da Coroa.⁸⁹

Ao transforma-los em súditos da coroa poderiam ter o controle mais efetivo sobre a população, o rei agora teria obrigações com esses vassallos assim como eles a teriam com o rei:

Segundo Ângela Domingues, à luz do pensamento político setecentista, o soberano era o principal responsável pela felicidade e bem-estar social, moral e econômico dos seus súditos (...). Resta afirmar que, de acordo com a mesma doutrina política, os interesses dos súditos coincidiam e fundiam-se com o interesse do Estado: uma economia sólida significava a prosperidade dos povos, uma administração eficaz e justa correspondia à tranquilidade social.⁹⁰

O rei buscava então conhecer os seus vassallos para ter e proporcionar uma tranquilidade e bem estar social de acordo com o que se entendia na época, e todos os setores da sociedade deveriam prestar o seu papel na contribuição para tal paz e serenidade social. Gerar dados a respeito da população que fazia parte desse império era uma das ações que

⁸⁸ HEINTZE, Beatrix. O contrato de vassalagem afro-português em Angola no século XVII. In: HEINTZE, Beatrix (Org.). *Angola nos Séculos XVI e XVII*. Luanda, Kilombelombe, 2007.

⁸⁹ WAGNER, ibidem, p. 187.

⁹⁰ Ibidem, p. 200.

ajudavam a alcançar esse objetivo. A documentação nesse caso é um espelho da orientação da política administrativa de Portugal setecentista.

A diferença entre os sexos que se delimitava desde Portugal até seus domínios a partir da estrutura que compunha a mentalidade da sociedade portuguesa também são expressas no documento, já que as informações sobre os homens são a predominantes no documento, isso também pode ser explicado pelo baixo número de mulheres na região estudada, entretanto, a presença de mulheres, mesmo em menor quantidade, nos leva a refletir sobre a importância delas ao encabeçar fogos na região, suas posses e bens também nos chamam atenção, fatores como os elencados nesse estudo reforçam a premissa de que a racionalização do governo foi implantada em Portugal e estendida a seus domínios, claro com adaptações convenientes a cada situação.

CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho, percebemos que a sociedade do antigo regime estava permeada por bases que misturavam conceitos presentes em várias culturas sobre, igualdade, desigualdade, papéis sociais também podem perceber que essa sociedade estabeleceu ao longo dos anos padrões do que seria uma forma ideal de se viver em família e em sociedade como é o caso da aplicação do conceito de patriarcalismo⁹¹ para as famílias que refletia na organização do todo social, e assim a sociedade se desenvolvia sobre bases hierarquizadas e diferenciadas em seus mais diversos níveis.⁹²

Durante o século XVIII ocorre com o advento do Iluminismo uma mudança na mentalidade europeia, não que isso altere por completo as bases de hierarquização e desigualdade existentes naquelas sociedades, mas estruturas são alteradas, como podemos perceber as políticas que Pombal colocou em prática mudara alguns conceitos como os de hierarquia e reconhecimento de nobreza e até de vassalagem tanto no reino quanto em todo o império. Era uma época de inovação dentro das tradições, claro que essas modificações de padrões nem sempre, na maioria das vezes foram bem recebidas, o que aumentava ainda mais a rivalidade contra a administração de Pombal.⁹³

Como vimos fazia parte da política de racionalidade e centralização portuguesa a prática do recenseamento, como afirma Wagner “o conjunto de levantamentos populacionais realizados na África Oriental e em outras partes do Império Português seria um instrumento precioso para as tomadas de decisões administrativas, mostrando-se, assim, um importante

⁹¹Sobre patriarcalismo vimos: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, 48ª Ed., Global, 2003.

ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima. O caso de Luíza Jeje. Escravidão, família e mobilidade social – Bahia, c. 1780 – c.1830*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

CASTRO FARIA, Sheila de. *Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Niterói, (Tese apresentada para concurso para professor titular em História do Brasil). Universidade Federal Fluminense, 2004.

LIBBY, Douglas Cole. “Repensando o conceito do paternalismo escravista nas Américas”. In: Paiva, Eduardo França & Ivo, Isna Pereira (orgs). *Escravidão, mestiçagem e história comparadas*. São Paulo: Annablume/Belo Horizonte PPGH/UFGM, 2008.

⁹² Ao falar dos conceitos de desigualdades presentes desde a criação, Hespanha demonstra como essa desigualdade seria visível ainda no Gênesis. HESPANHA, Antônio Manoel. *Os Imbecillitas: As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Minas Gerais: Annablume, 2010.

⁹³ Quanto a política pombalina utilizamos: RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa (1748-1763). Rio de Janeiro, Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina* (Política e Monarquia Ilustrada), Ensaio 83. São Paulo, Editora Ática, 2ª Ed. 1993.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

recurso operativo.”⁹⁴. Acreditamos que a mesma premissa pode ser seguida para a parte atlântica da África, já que Portugal seguia o que podemos chamar de “plano de governo” (trazendo para a linguagem mais atual) com finalidades claras e objetivas de elevação do país a uma posição de destaque no cenário internacional. O levantamento de pessoas, terras, bens, riquezas da coroa, número de vassalos, descrições dos domínios, tudo isso fazia parte de uma rede interligada de informações que como Rodrigues demonstra estava em constante construção e comunicação.

Observar como se dava essa política de recenseamento na ideia de um governo racional com base na reforma das ideias e a composição dessas fontes nos possibilita um espaço para se analisar o perfil desses moradores e o quão úteis poderiam ser a coroa portuguesa, lembrando que a abundância de homens significava a abundância de riquezas, já que um gerava a outra:

Acima de tudo, visava-se obter um aproveitamento racional das riquezas representadas pela abundância de homens. Ou seja, em última instância, no século XVIII, o crescimento das riquezas dos Estados esteve relacionado com a abundância de sua população. Conforme Pierangelo Schiera, a partir de então, havia o entendimento de que se ocorresse a implementação de políticas de promoção do bem-estar dos súditos, de melhorias de condições materiais de vida, através do desenvolvimento de práticas agrícolas e mercantis, da manufatura, do recurso à alimentos e remédios adequados, estas ações permitiriam aos soberanos resolverem com sucesso a “equação: bem-estar dos súditos = bem-estar do Estado”
Por isso, entre as ações de intervenção do Estado português na sociedade teve lugar de destaque a realização de levantamentos, com a contagem e classificação de populações tão diversificadas social e culturalmente como aquelas espalhadas pelos territórios da América Portuguesa, da África e da Ásia..⁹⁵

Percebemos durante essa pesquisa que a amostragem retirada da documentação tinha suas especificidades e particularidades que poderiam interessar ao perfil de lugarejo e pessoas que a administração considerava mais produtiva para os rendimentos da coroa, era um distrito composto por vilas que tinham em sua maioria pessoas em idade produtiva e com ocupações bem delimitadas e também lucrativas, como a que foi predominante a de lavradores e lavradoras, percebemos a predominância dos homens nas vilas de jurisdição do distrito de Icolo e no próprio distrito, o número de mulheres referentes no distrito era baixo, entretanto as mulheres que foram contabilizadas tinham em sua maioria bens e posses listados enquanto os homens muitos não haviam informações sobre, também percebemos que o homem que mais se destacou em relação a riquezas na região ocupava um cargo de destaque no regimento militar, enquanto as mulheres que se destacaram não tinham nenhum título, como o de dona,

⁹⁴ WAGNER, *Ibidem*, p.258.

⁹⁵ *Ibidem*. p.259.

vimos que a diferença em quantidade de bens e posses de homens e mulheres era bem destoante já que os homens eram maioria maciça.

Essa lista nominativa aqui utilizada para levantar o perfil e as diferenciações entre sexos além da demonstração de como as políticas de Pombal recaiam sobre os domínios, cada um de forma diferenciada de acordo com as circunstâncias. Consideramos eficaz essa pesquisa por evidencia uma parte da África que pode ser estudada em vários aspectos, mas que ainda se constituem como lacunas históricas a serem preenchidas. Será essa a pretensão da extensão desse trabalho para áreas de recenseamento maiores feitos durante o mesmo período como para Angola, isso para aprofundamento de estudos futuros, com uma amplitude maior de fontes e pesquisa.

Em suma, ao longo do trabalho podemos perceber que desigualdade entre os sexos é perene entre as mais diversas áreas que envolvem um todo social, e que ela pode refletir nas políticas postas em prática nas mais diversas épocas sem nem serem notadas como tal, como explicita Bourdieu⁹⁶ a marca da inferioridade pode passar pelo que recebe e pelo que comete a violência simbólica de forma despercebida, de tanto que estão entranhadas nos pensamentos da sociedade já o são vistas como naturalmente delimitadas e construídas.

⁹⁶ BOURDIEU, *Ibdem*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima. O caso de Luiza Jeje. Escravidão, família e mobilidade social – Bahia, c. 1780 – c.1830*. Niterói - Rio de Janeiro, Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.
- BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BARROS, José D'Assunção. *Sobre a feitura da Micro – História*. Revista OPSIS, vol.7, nº9, jul-dez, 2007.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, ed. revista e ampliada, São Paulo, Paulus Editora, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. (Coleção Memória e Sociedade), Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
- CASTRO FARIA, Sheila de. *Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Niterói – Rio de Janeiro, (Tese apresentada para concurso para professor titular em História do Brasil). Universidade Federal Fluminense, 2004.
- CAPELA, José. *Donas, senhoras e escravos*. Porto, Edições Afrontamento, 1995.
- CHARTIER, Roger. *Diferença entre os sexos e a dominação simbólica* (nota crítica). Caderno Pagu (4), 1995, p. 37-47.
- DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), p. 823-838, 2001.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, vol. 1.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina (Política e Monarquia Ilustrada)*, Ensaio 83. São Paulo, Editora Ática, 2ª Ed. 1993.
- FRAGOSO, João. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Orgs) *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: século XVI – XVIII*. Rio de Janeiro. Mauad X, 2002.
- FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012.

- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala* Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal; Introdução à história da sociedade patriarcal do Brasil; 1; apresentação de Fernando Henrique Cardoso – 48° Ed. rev. – São Paulo, Global, 2003.
- HAVIK, Philip. *Comerciantes e Concubinas: sócios estratégicos no comércio Atlântico na Costa da Guiné*. In actas do II RIHA (Segunda Reunião Internacional de História de África: A Dimensão Atlântica da África.). Rio de Janeiro, 1996.
- HESPANHA, Antônio Manoel. *Os Imbecillitas: As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Minas Gerais: Annablume, 2010.
- HEINTZE, Beatrix. O contrato de vassalagem afro-português em Angola no século XVII. In: HEINTZE, Beatrix (Org.). *Angola nos Séculos XVI e XVII*. Luanda, Kilombelombe, 2007.
- LIBBY, Douglas Cole. “Repensando o conceito do paternalismo escravista nas Américas”. In: Paiva, Eduardo França & Ivo, Isna Pereira (orgs). *Escravidão, mestiçagem e história comparadas*. São Paulo: Annablume/Belo Horizonte PPGH/UFMG, 2008.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- PAIVA, Eduardo França. IVO, Isnara Pereira.(Org.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo, Annablume, Belo Horizonte: PPGH UFMG; Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2008.
- PANTOJA, Selma. Dimensão Atlântica das Quitandeiras. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- PANTOJA, Selma Alves. *Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII*. Revista História Unisinos, vol. 14, nº 3, setembro/dezembro de 2010. p. 237-242.
- RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa (1748-1763). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.
- SILVA, Alberto da Costa e. 1931 – *A manilha e o libambo: A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

- THORNTON, J. *A África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2009.
- WAGNER, Ana Paula. *Moçambique e seu “diminuto número de habitantes”*: Recenseamentos da população da África Oriental portuguesa, no último quartel do século XVIII”. *Diálogos, DHI/PPH/UEM*, v. 11, n. 1/n. 2, p. 239-266, 2007.